



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS**
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Not. Bibl. e Hist.	Campinas	Ano X	nº 87	p. 1 a 64	JAN./FEV. - 1 978
--------------------	----------	-------	-------	-----------	-------------------

3
BC - PERIÓDICOS - PUCG

Class: 200/3

Recebido: 23-6-78

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO X — Nº 87

JAN./FEV. — 1978

GENERAL RAUL SILVEIRA DE MELO

(Homenagem do Departamento de História da Pontifícia Universidade
Católica de Campinas ao eminente militar e historiador).

Odilon Nogueira de Matos

Um dos primeiros livros que recebi, logo que me tornei assinante da Biblioteca do Exército, tinha por título **Um homem do dever**. Encerrava a biografia, assaz documentada, de Ricardo Franco de Almeida Serra, ou apenas Ricardo Franco, como abreviadamente se tornou conhecido. Assinava-o o General Raul Silveira de Melo. Biógrafo e biografado não me eram estranhos. Sobre Ricardo Franco, lera com todo o interesse as páginas que lhe dedicara o Visconde de Taunay em escritos reunidos pelo seu filho Afonso para formar o belo volume **A cidade do ouro e das ruínas**, que, de toda a imensa obra deixada pelo autor de **A retirada da Laguna**, foi sempre um dos meus livros prediletos. Quanto ao autor, conhecia-o muito de nome, renomado que era como um dos

nossos maiores especialistas em história militar brasileira, notadamente no que se referia a Mato Grosso. Sua grande obra, em quatro volumes, **História do Forte de Coimbra**, via-a citada freqüentemente, embora não houvesse tido ainda oportunidade sequer de folheá-la. Não por desinteresse, é óbvio, mas tão-só porque as áreas de meu interesse no estudo e na pesquisa de nossa história haviam sido outras. Do ilustre autor de **Um homem do dever** só havia lido — confesso-o — o prefácio ao livro de Jorge Maia, **A invasão de Mato Grosso**, publicado pela mesma ocasião, também pela Biblioteca do Exército, e sobre o qual escrevera extensa apreciação no Suplemento Literário de **O Estado de São Paulo**, no qual então colaborava (7 de janeiro de 1966).

Aliás, diga-se a propósito que foi a nota sobre o livro de Jorge Maia que me propiciou a aproximação epistolar com o General Raul Silveira de Melo. Enviei um recorte do artigo à editora, e esta fê-lo chegar às mãos do prefaciador do volume, que, gentilmente, a 31 de março seguinte acusou o recebimento com uma carta que foi o início de uma longa correspondência entre o grande militar e historiador e este modesto rabiscador provinciano. Após tecer algumas considerações sobre meu artigo, indagava o General se havia “algum movimento do governo paulista, do Instituto Histórico de São Paulo e dos cultores da história desse grande Estado em comemorar o segundo centenário, no próximo ano (1967) da fundação da inditosa, mas gloriosa Praça de Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi, uma das mais difíceis realizações do governo de D. Luís Antônio de Sousa”. E acrescentava que, sendo “um aficionado da história militar de Mato Grosso”, teria gosto de saber que São Paulo não deixaria passar em branca nuvem a aludida efeméride.

Meses depois surgia a oportunidade de publicar no **Diário do Povo**, desta cidade, jornal em que mantive durante mais de ano uma seção intitulada “No mundo dos livros”, o comentário à biografia de Ricardo Franco (11 de setembro). Enviado o recorte, agora diretamente ao autor, brindou-me ele, em resposta, com a carta de 24 do mesmo mês, na qual voltava a indagar sobre o que se pretendia fazer em São Paulo para comemorar o bicentenário de Iguatemi. E lembrava os dizeres de Toledo Piza, nos **Documentos Interessantes**: “A fundação desta desgraçada colônia e a descoberta dos Campos de Guarapuava constituem os dois fatos mais importantes de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. E comentava: “Não foi tão desgraçada quanto épica e valerosa. É um dos feitos brilhantes de D. Antônio de Sousa. Creio não teria perecido às mãos dos castelhanos de Assunção, nem teria periclitado antes, se D. Antônio de Sousa houvesse permanecido mais tempo nessa Capitania. Ele foi o autor

da expedição e o seu impulsionador. Retirando-se ele da Capitania, o seu sucessor suspendeu os auxílios e o bafejo àquela infausta fundação. Tenho grande apreço por esse antigo Capitão-General e não menos pelos heróis e vítimas daquela velha praça de guerra. Foi um drama, foi uma tragédia, mas vale por uma epopéia e merece comemoração especial.” E num lance de sincero sentimentalismo, diz quanto ficaria feliz se soubesse que o velho sino da Praça de Iguatemi, trazido para São Paulo, soasse novamente no dia do bicentenário...

Lamentavelmente, não tive o que responder ao ínclito General nas suas indagações quanto à celebração do bicentenário de Iguatemi. Naquela época tinha pouca vinculação com o Instituto Histórico de São Paulo, embora integrante de seu quadro social desde mais de vinte anos antes. Mas não freqüentava suas reuniões e nenhum contacto mantinha com os seus dirigentes. Não que tivesse qualquer coisa contra a tradicional entidade da rua Benjamim Constant. Não. Apenas contingências da vida de uma cidade grande (na época vivia em São Paulo) me levavam a esse alheamento, que só ultimamente foi superado. Curioso: agora que resido em Campinas, freqüento muito mais o Instituto Histórico do que quando residia em São Paulo... Mas, voltando às comemorações sugeridas pelo General Silveira de Melo: creio que sua voz clamou no deserto, pois não sei de nada em São Paulo que lembrasse a efeméride, a que vinculou seu nome o grande Morgado de Mateus. E foi pena, pois qualquer movimento das entidades culturais paulistas nesse sentido certamente propiciaria novos estudos em torno do tema, implicando, quem sabe, uma revisão em torno dele, para que o famoso presídio não seja visto apenas, como atualmente acontece, pelo seu lado negativo.

No ano seguinte, a 12 de novembro, publicava, ainda no **Diário do Povo**, um comentário a novo livro do General Raul Silveira de Melo — **Corumbá, Albuquerque e Ladário** —, de extremo interesse para a história do sul de Mato Grosso. E como das vezes anteriores, provocando cartas magníficas, transbordantes dos mais cordiais sentimentos, com aquela letrinha já trêmula, às vezes difícil de ler, de quem já se aproximava dos noventa janeiros.

E assim continuou Silveira de Melo a me brincar com os seus livros (inclusive a **História do Forte de Coimbra**, já esgotada) e todos eles me propiciavam a oportunidade de publicar na imprensa campineira ou, depois, na **Notícia Bibliográfica**, modestos comentários que traduziam antes de tudo, não uma preocupação crítica, mas o reconhecimento aos méritos do ilustre militar e historiador, que, apesar da avançada idade, dava a todos nós admiráveis exemplos de capacidade de trabalho, de espírito de pesquisa e especialmente

de dedicação aos deveres que ele mesmo se impôs. Enfim, o verdadeiro **Homem do dever**, tal como um dos seus biografados.

Em fins de 1971 teve o General Silveira de Melo conhecimento da NBH, que — falta minha! — não lhe foi enviada desde o início, como seria de toda a justiça e, mais que tudo, de minha obrigação. Veio a conhecê-la por intermédio do Sr. Coronel Waldir da Costa Godolphim, então diretor da Biblioteca do Exército, que lhe encaminhou o exemplar nº 26, contendo uma apreciação sobre **Para além dos bandeirantes**, talvez o mais valioso de todos os trabalhos do historiador, por interessar também à etnografia, uma vez que transcreve, na íntegra, a memória de Francisco Rodrigues do Prado sobre os guaicurus. Dessa memória, que alcançou projeção até fora do Brasil, o referido número 26 da NBH apresentava também um excerto, para a seção **Textos: sugestões para seminário**.

Felizmente o General Raul Silveira de Melo soube apreciar nosso modesto trabalho. Diria mesmo que o envio, embora por terceiros, da **Notícia Bibliográfica**, marcou uma segunda etapa em nosso relacionamento. Até então era apenas ao cronista de jornal, comentarista de seus livros, que o nobre militar se dirigia, com a grandeza de alma, muito sua e que — senti-o logo — é um dos atributos de sua personalidade. De agora em diante, embora o editor da NBH continue sendo o intermediário, é sempre ao Departamento de História ou à própria Universidade que ele se dirige.

Pouco depois de recebido nº 26, por intermédio, como se disse, do diretor da Biblioteca do Exército, escrevia-nos ele em 3 de dezembro: “Este nosso Brasil é muito grande... E são tantas as maravilhas que encerra. A cultura avulta e desenvolve-se por todos os quadrantes do nosso país, a tal ponto que já não é possível saber-se de tudo que se passa à direita e à esquerda. Eis que me senti feliz em tomar conhecimento da vida intelectual, humanística e cristã, que desabrocha dessa casa de formação de elites. E tive disso prova pelo boletim que a UCC divulga mensalmente para informar a mestres e acadêmicos do que vai pelo mundo das ciências e das letras”.

E a seguir, com referência especial à nota sobre seu livro: “Não foi, sabidamente, para lisonjear o autor de **Para além dos bandeirantes** que publicou V. Exa. a notícia laudatória sobre aquele livro, mas para dar ênfase aos assuntos nele contidos. Assim o entendi eu também. Pois foi movido pelos rasgos de valor do protagonista do livro, por sua alta compreensão do dever e sua dedicação ao serviço da Pátria, que me abalancei às muitas pesquisas, aqui e em Mato Grosso, para apresentá-lo, como modelo de bem servir à causa pública.”

Não se limitou o nobre General a palavras de louvor ao nosso trabalho, o que, para todos nós, já seria suprema honra. Lendo, no fascículo, que o Departamento de História fazia um apelo à contribuição (em livros ou em dinheiro) por parte dos leitores de boa vontade, tornou-se para conosco de extrema generosidade. Não apenas se dispôs a oferecer à biblioteca do Departamento de História um exemplar de todas as suas obras, como, ainda, uma substancial importância em dinheiro, que representava pelo menos cinquenta vezes o que na ocasião solicitávamos ou recebíamos dos nossos “leitores de boa vontade”, donativo esse, acrescentava o generoso amigo, “para a sua biblioteca ou, se preferir, para auxiliar a edição da **Notícia**.” E despedia-se pedindo escusas pelas “claudicações datilográficas”... pois esta sua carta, ao contrário das demais, não vinha manuscrita com sua letrinha trêmula, mas à máquina e sem claudicação de espécie alguma...

À sua carta, agradei em data de 15 do mesmo mês, e de minha resposta permito-me destacar os seguintes trechos: “O Senhor General não acreditou houvesse sido para lisonjear o autor de **Para além dos bandeirantes** que publiquei a nota que motivou sua carta. Certo que não foi para lisonjeá-lo, pois V. Exa. não precisa de lisonjas... Mas foi — creia — para demonstrar de público o meu reconhecimento pelo valor de sua imensa obra de historiador abalizado e criterioso, verdadeiro exemplo a todos nós que labutamos na mesma seara. Se V. Exa. não quer ver lisonja, veja, por favor, reconhecimento de mérito por parte de alguém que muito tem aprendido em seus livros. Já solicitei ao Reitor de nossa Universidade que, quando for alguém ao Rio de Janeiro, entre em contacto com V. Exa. para os livros que bondosamente nos vai oferecer. Devo informar, contudo, que a nossa biblioteca já possui, dos seus livros, os seguintes: **Um homem do dever, Corumbá, Albuquerque e Ladário, Para além dos bandeirantes e A epopéia de Antônio João**. Apenas sobre este último ainda não tive o privilégio de escrever, mas o farei em breve. Sobre os dois primeiros, publiquei notas em jornais de Campinas, as quais, na ocasião tive o prazer de encaminhar-lhe. Sou assinante, há muito, da Biblioteca do Exército, e recebo, portanto, regularmente, suas publicações”. E juntamente com a carta, remeti-lhe os números de que ainda dispunha da NBH, incluindo seu ilustre nome entre os que, de então em diante, iriam recebê-la regularmente.

Pela mesma data, enviei ao Magnífico Reitor de nossa Universidade, cópia da carta de Silveira de Melo, capeada por outra, em que dizia: “Gestos como esse do ilustre militar não são comuns, como Vossa Magnificência bem o sabe. Embora já tenha escrito testemunhando-lhe meus agradecimentos,

gostaria que Vossa Magnificência também o fizesse, em nome da Reitoria, para que, dessa forma, seja tomado conhecimento oficial de seu donativo”. E adiante: “Permito-me informar a Vossa Magnificência que o Sr. General Silveira de Melo é a maior autoridade em história militar do Brasil, e a só doação de seus livros, independentemente de qualquer outra contribuição, já seria uma grande benemerência para a nossa biblioteca, tão valiosos eles são”.

Na “vigília do Natal” de 1971, acusando o recebimento dos exemplares da **Notícia**, escreveu-me belíssima carta, não mais à máquina, mas novamente com sua simpática e personalíssima letrinha trêmula, mas que não trepidou em expender uma das mais belas apreciações sobre a NBH: “Fiquei maravilhado pelo seu trabalho de redigir, editar e distribuir um periódico desse porte cultural, que dá uma idéia do que vai por essa Universidade e do que vai pelo mundo do pensamento e da ciência. Mas não foi apenas por esse trabalho, que é vultoso, mas pelo amor com que o faz, pelo bem que produz e se espalha, que eu quero felicitá-lo. É uma mostra simbólica do que vai pela universidade e do que vai pelo espírito e o coração de quem o elabora e dá ao público. Realmente, se vê por aí afora grande número de boletins de órgãos culturais, uns freqüentes, outros de longe em longe, uns versando bons e recentes assuntos, e outros de puro noticiário interno, pelos quais se verifica o grau de vitalidade desses órgãos. São realmente esses boletins um sinal do florescimento ou da burocratização dessas entidades. Eis por que disse que a **Notícia** diz bem da pujança e evolução da UCC e da capacidade e fluência de seu redator.”

A seguir, passa a mencionar alguns de seus trabalhos já esgotados, escusando-se por não no-los poder enviar: “Não poderei enviar **Coronel Ricardo Franco** (o primeiro de todos), pesquisa e descobrimento dos seus restos mortais, porque está esgotado e só disponho de um exemplar. Foi uma façanha, uma incrível sorte, uma graça especial da Padroeira do Forte de Coimbra, haver eu metido lanças em África para descobrir essas relíquias, tidas já por irrecuperáveis. Mas vou fazer um esforço para ver se consigo um exemplar das mãos de quem por ele não se interesse. Outro livro — um pequeno livro — é **As maravilhas da Padroeira do Forte de Coimbra**, também esgotado e de cuja sexta edição (muito melhorada) estou tratando. Há ainda um primeiro de todos — **Os Santos Militares**. — que mal entrou em circulação, fi-lo recolher, porque inçado de incorreções, por vício da revisão. Este também já o revi, corrigi e está pronto para voltar ao prelo.”

E prosseguia, numa verdadeira profissão de fé: “Soldado e homem de fé, tratei de aliar a espada à cruz, por isso nos assuntos que dou ao

público busco aquilo que eleva a Pátria e glorifica os seus heróis — a história militar, e o que eleva o homem para torná-lo um bom soldado — a doutrina cristã e os heróis da Cristandade. E destes, para ser fiel à minha profissão militar, aqueles que também envergaram a farda, ou se devotaram às milícias de seu tempo”.

Comentando e transcrevendo boa parte dessa carta em o nº 30 da NBH, de fevereiro de 1972, rematei a nota com esta frase: “Permita-nos o Senhor General Silveira de Melo dizer que não atendemos à sua solicitação para ‘mandar à cesta de papéis estes devaneios’. Não, Senhor General, os seus **devaneios**, nós, do Departamento de História, os guardaremos como lição, como exemplo e como símbolo”.

Quanto à anunciada sexta edição de seu livro sobre a Padroeira do Forte de Coimbra, foi ela publicada em 1972 com o título de **Heroicidade e Fé**, com o caráter comemorativo do bicentenário do velho baluarte de nossas fronteiras ocidentais. “A essa nova edição — escreve o autor no prefácio — revista, acrescida, atualizada, convinha apor-se-lhe novo título: **Heroicidade e Fé**. Heroicidade, para significar as maravilhas de sacrifício, de heroísmo e de amor ao solo pátrio que ilustram a história do velho Forte, nestes dois séculos de sua gloriosa existência. E Fé, para recordar as maravilhas inspiradas pela Padroeira a oficiais e praças, a fim de suportarem, com heroicidade, numa zona selvagem, as endemias e a penúria, bem longe da família, naquela fronteira despovoada. E Fé, ainda, para rememorar, com ufania, os carismas — senão milagres — propiciados pela excelsa Padroeira para sustentar a constância e coragem dos defensores do Forte, anos e anos, em situação de pré-guerra, e, por duas vezes memoráveis, a baterem-se contra inimigos rancorosos, dez vezes superiores, que puseram em xeque o velho baluarte, sofrendo eles grande número de baixas, mas sem vulnerar um só defensor”. (NBH, 50, 417-8).

Com o decorrer do tempo, novas e variadas demonstrações de apreço continuou a **Notícia** recebendo do General Raul Silveira de Melo. Numa de suas cartas (12-2-1972), agradecendo a remessa de alguns exemplares de números atrasados, escrevia: “Fiquei maravilhado do que se continha naquela meia dúzia de exemplares. E mais maravilhado estou da atividade intelectual de V. Exa., que se multiplica de tal modo em dedicação pelo que foi, pelo que é e pelo desejo do que virá a ser o nosso Brasil, e, dentro do Brasil, pela terra bandeirante, pelo seu passado de aventuras e glórias e pelo seu presente coroado de realizações de todos os matizes.” E mais adiante: “Feliz a UCC que dispõe de um Departamento de História que emite para goáudio e inteligência dos

cultores e diletantes da História Pátria. E feliz essa Universidade porque tem à frente de seu Departamento de História um mestre como V. Exa., versado a fundo nos assuntos da História e voltado de alma e coração para o ensino e a divulgação desta excelente disciplina”. Era o reconhecimento que, aos poucos, esta publicação ia alcançando nos meios culturais do Brasil. As generosas e encomiásticas palavras para com o editor da NBH evidentemente, correm por conta do coração bondoso de meu ilustre correspondente.

Em junho de 1972, volta o General a escrever, desta vez para fazer referência ao I Congresso de História de São Paulo, que o nosso Departamento de História promoveu no mês de julho, e anunciado em um dos números anteriores da **Notícia**: “Gostaria de gozar ainda de cabeça e de pernas para acompanhar esse esplêndido certame. Gostaria de rever de novo Itu e Porto Feliz, por onde transitei, em manobras do EME, por volta de 1938; onde me abeberei dos fatos históricos aí desenrolados; onde, em Itu, visitei os seus arredores, os edifícios históricos, o antigo colégio dos jesuítas, transformado em quartel de artilharia. Recordo-me que, nesse quartel, informei-me, por miúdo, de tudo ali existente e das reminiscências do antigo colégio, do que publiquei mais tarde uma crônica a esse respeito. Gostaria de acompanhar e aplaudir tudo que aí se expusesse da história de São Paulo, das expedições daí partidas, Itu e Parapanema abaixo, das quais resultou a expansão do Brasil para o Oeste, e para onde regressaram, triunfantes ou em frangalhos, os seus remanescentes daí partidos. Gostaria de ver historiado, pormenorizado, o memorável cometimento, épico, temerário e trágico, da Praça de N. S. dos Prazeres do Iguatemi, uma epopéia de dez anos de heroicidade e de sacrifícios sem conta; gostaria de ver, posto em relevo, o ato final dessa epopéia, a capitulação, a 27-10-1777, mas capitulação que mais pareceu um triunfo, sem quebra do dever militar, porque fez face a uma força vinte vezes superior e depois de porfiada resistência daqueles 116 sobreviventes, que não se deixaram vencer e só cederam à capitulação extrema, insustentável, mas singular capitulação, de armas nas mãos e carregando as insígnias da Praça, e levando consigo aquele sino memorável, histórico, que o capelão carregou furtivamente para São Paulo. Vale a pena saber algo desse sino.”

Como se vê, o historiador não perdia oportunidade de tocar no assunto de sua primeira carta — o Presídio do Iguatemi —, como que magoando-se por ver que ninguém dera a menor atenção à efeméride assinaladora de seu bicentenário: “Quando, há cinco anos, se deu o II Centenário da fundação daquela desditosa praça de guerra, consultei em carta o IH (Instituto Histórico) de São Paulo se estava programado algo para a celebração daquele evento e se

estavam cogitando de escrever e publicar-lhe a magnífica história, pois que tinham lá a opulenta documentação. Declarei-lhe que eu mesmo, tentado embora a fazê-lo, não o fizera, por sentir que aos paulistas cabia a prioridade e tinha por certo que de lá viria a publicação do feito memorável, talvez de autoria de um Sousa, descendente do insigne Capitão-General Dom Luís Antônio, promotor e impulsionador da justificada, mas temerária fundação do Iguatemi.” E terminava formulando “os melhores votos pelo êxito do Congresso”.

Como já foi dito, não tinha na época muita ligação com o Instituto Histórico de São Paulo, mas estou quase a afirmar que o sodalício paulistano não se interessou pela sugestão de Silveira de Melo e a comemoração por ele reclamada nem sequer foi considerada. Todavia, o assunto continua atual, a implicar, como também já foi dito, uma verdadeira revisão em torno desse e de outros pontos do esclarecido governo do Morgado de Mateus. Fora melhor que o próprio General elaborasse seu trabalho, em vez de esperar escrupulosamente por algum paulista que... não apareceu ! A sugestão, como disse, continua válida.

Uma breve notícia dos trabalhos do I Congresso de História de São Paulo e do III Encontro sobre Introdução aos Estudos Históricos (realizados simultaneamente em nossa Universidade Católica) provocou entusiástica missiva de Raul Silveira de Melo: “E fico dia a dia mais edificado pelo que vai em cultura e pelo amor à cultura por este nosso Brasil afora. E dirão todos: é um começo. Sim, porque ontem, nos meus tempos de estudante, quase nada havia, senão nos gabinetes de estudo e recolhimento de alguns intelectuais e nos arquivos ainda não catalogados, a respeito desse dinamismo em busca de conhecimentos”.

E a correspondência com o eminente general e historiador continuou com bastante freqüência, ora para comentar qualquer cousa que lhe chamasse a atenção na **Notícia Bibliográfica**, ora para agradecer alguma referência a trabalhos seus, ora, ainda, para sugerir ou lembrar efemérides que pudessem ser comemoradas. Apressou-se em mandar-me um “bilhete” apenas para comentar um artigo sobre João Wesley (“Que homem notável !”) estampado em o nº 43, da mesma forma que, meses mais tarde, foi pródigo em louvores para com o meu discurso de posse na Academia Campinense, estampado em o nº 52, ou de gratidão para com uma modesta nota acerca de seu último livro “**Heroicidade e Fé**. Cartas que valem por verdadeiros documentos ! Documentos comprobatórios de um caráter ilibado, de um espírito sempre voltado para o Bem e para o Belo, de uma dedicação sem par às tarefas empreendidas, de consciência total do dever cumprido, e ainda de um entusiasmo pelas coisas da cultura, num estímulo extraordinário para nós outros, mais moços.

E é importante que se mencione (sua modéstia certamente não gostará disto...) que quase todas as suas cartas vinham acompanhadas de dávidas generosas para a Biblioteca do Departamento de História e para a “Notícia Bibliográfica”, das quais se tornou genuíno protetor. E o mais extraordinário é que tudo foi feito sem o menor interesse pessoal, pois nem sequer nos conhecíamos pessoalmente e nem ele à obra que ajudava com tanto empenho. Fato raro, verdadeiramente dignificante de uma personalidade, que o levava a tirar de seus proventos (que nunca foram muitos) algo de substancial para nos ajudar, quando o poderia ter feito a tantas outras entidades culturais com que tivesse mais próxima vinculação ou a pessoas de sua mais íntima amizade ou relacionamento. Não. Preferiu ajudar a um estranho que, muito ingratamente, não se apressou em ir ao Rio de Janeiro visitá-lo e agradecer-lhe tantas gentilezas. Esta oportunidade, só a tive em julho de 1975, e foi com verdadeira emoção que nos abraçamos ao adentrar seu apartamento do Rio Comprido. E que lições recebi naquelas duas horas que ali passei ! Que bem extraordinário fez ao meu espírito aquela visita incomparável !. Que prosa admirável e que lucidez de espírito, que agilidade mental e que elevação de propósitos ! Com os seus noventa e três anos (em julho de 1975) ainda se dispôs a me mostrar os trabalhos que tinha em mira realizar, especialmente reedições revistas e ampliadas de seus livros ! E tudo, na maior simplicidade, diria mesmo humildade, a traduzir, contudo, a mais excelsa nobreza de alma e elevação de espírito. Nada melhor o confirma, que a sua carta penúltima, de 4 de outubro do ano passado (pois a última foi uma expressiva mensagem de Natal), com a qual me enviou seu currículo, que lhe pedira para esta publicação, e do qual dizia: “Nele o que há de mais surpreendente é a minha idade avançada, não por ser mérito para mim, mas por ser um incompreensível desígnio do bom Deus, a quem não tenho correspondido em nada, senão que o tenho deslustrado”.

A este vulto extraordinário (“Soldado e Homem de Fé”, como ele próprio se intitula, mas igualmente “Um Homem do Dever”, como o prefiro chamar, outorgando-lhe o epíteto que ele deu a um dos seus biografados), desejava há muito a **Notícia Bibliográfica** render uma homenagem. Mas uma homenagem que ficasse, **Aere perennius...** E nada encontrei de mais adequado à sua idade, ao seu temperamento, à sua maneira de ser, que dedicar-lhe todo um número desta publicação, da qual ele tem-se mostrado tão amigo. Número este, que se publica, também em honra de seu 96º aniversário, transcorrido a 8 de fevereiro do corrente ano. É o mínimo que a NBH pode fazer a quem tanto por ela tem feito. “A quem honra, honra !”.

A seguir o leitor encontrará:

1. Traços biográficos do homenageado.
2. Reprodução de três artigos que o responsável pela NBH publicou na imprensa campineira sobre livros do ilustre militar e historiador:
 - a) **Um Homem do Dever** (“Diário do Povo”, de 11-9-1966);
 - b) **Bastões do Centro-Oeste** (“Diário do Povo”, de 12-11-1 967);
 - c) **Um mineiro entre os guaicurús** (“Correio Popular”, de 19-7-1 974).
3. Uma seleção de páginas do General Raul Silveira de Melo, extraídas de seus livros principais.

*

TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Filho de João de Deus de Oliveira Melo e Rosalina Silveira de Melo, nasceu **Raul Silveira de Melo** na cidade de Cruz Alta, RS, aos 8 de fevereiro de 1 882. Iniciou a vida militar em 26 de março de 1 902, na Escola de Rio Pardo. Atingiu todos os postos efetivos, até o de General de Brigada, em 7 de fevereiro de 1 942. Transferido para a reserva a 8 de fevereiro de 1 943, foi, depois, promovido a General de Divisão e General do Exército.

No decorrer de sua longa carreira, desempenhou importantes funções. Entre outras: Adjunto e Chefe de S/S da Segunda Seção do Estado Maior do Exército; Secretário da Ordem do Mérito Militar; Oficial de ligação entre o Estado-Maior do Exército e o Ministério das Relações Exteriores, de 1 930 a 1 936; Oficial à disposição do Cardeal Pacelli (o futuro Papa Pio XII) quando de sua visita do Brasil, em 1 934; Assessor militar da Embaixada brasileira à 7ª Conferência Internacional Americana de Montevideú, em 1 934; Comandante do III Batalhão Rodoviário, sediado em Vacaria, RS, em 1 936-37; Instrutor de Tática de Engenharia na Escola do Estado-Maior, em 1 937-39; Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, em 1 939-1 943; Membro efetivo da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, de 1 939 a 1 969, tendo feito dez viagens de inspeção a municípios de fronteira, desde o Rio Grande do Sul até o Acre, e apresentando os respectivos relatórios.

Desta função exonerou-se por ter a Comissão transferido sua sede para Brasília. Seu tempo total de serviço ascende a 68 anos ininterruptos, dos quais 41 de serviço militar efetivo e 27 na Comissão Especial de Fronteiras.

Seu grande interesse pela história militar do Brasil, tornou-o a nossa maior autoridade nesse setor, especialmente no que se refere às regiões do Centro-Oeste. Antes de publicar livros (quase todos editados pela Biblioteca do Exército) colaborou por muitos anos, sempre sobre temas históricos, geográficos e militares, no **Jornal do Comércio** e na revista **A Defesa Nacional**, ambos do Rio de Janeiro.

Sua bibliografia, em volume, compreende:

Coronel Ricardo Franco: busca e descobrimento de seus restos mortais, edição da Biblioteca do Exército, 1 953.

História do Forte de Coimbra, 4 volumes, ed. da Imprensa do Exército, 1 959/1 961.

Um Homem do Dever, biografia de Ricardo Franco de Almeida Serra, ed. da Biblioteca do Exército, 1 964.

As maravilhas da Padroeira do Forte de Coimbra, ed. do autor, para comemorar o centenário do ataque paraguaio ao Forte de Coimbra na guerra de 1 864/1 870. (Cinco edições.)

Corumbá, Albuquerque e Ladário. Ed. da Biblioteca do Exército, 1 966.

Para além dos bandeirantes: estudo sobre Francisco Rodrigues do Prado. Ed. da Biblioteca do Exército, 1 968.

A epopéia de Antônio João. Ed. da Biblioteca do Exército, 1 969.

Heroicidade e Fé. Edição do autor, 1 972, comemorativa do bicentenário do Forte de Coimbra (Trata-se de reedição, bastante ampliada, de **As maravilhas da Padroeira do Forte de Coimbra**).

O bicentenário do Forte de Coimbra, separata da "Revista Militar Brasileira", editada pelo Centro de Documentação do Exército, 1 975.

OBS.: Quanto a **Os santos militares**, o primeiro trabalho do autor publicado em volume, e que, nas suas próprias palavras, "mal entrou em circulação, fi-lo recolher, porque inçado de incorreções, por vício da revisão", não temos nenhuma indicação de data e de editor.

UM HOMEM DO DEVER

O General Raul Silveira de Melo, entre os títulos de honra que pensou atribuir ao Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, protagonista de seu recente livro, preferiu o de **Um homem do dever**, porque foi a centelha do dever que o inflamou, impeliu e sustentou por mais de quarenta anos.

Vindo de Portugal, aos 32 anos, no posto de capitão de engenheiros, para participar das demarcações de limites pertinentes ao Tratado de Santo Ildefonso (1777), comandou sucessivamente, tendo sob sua chefia astrônomos e exploradores da categoria de Silva Pontes e Lacerda e Almeida, as expedições de levantamento dos rios Branco, Madeira, Mamoré, Guaporé, Paraguai e Cuiabá. Chefiou o escritório de cartografia de Vila Bela, posteriormente Cidade de Mato Grosso. Participou, por duas vezes, por morte dos respectivos titulares, da Junta de Governo da Capitania, cujo plano de defesa conscienciosamente elaborou. Escreveu numerosos trabalhos sobre geografia, história e transportes fluviais da capitania mato-grossense. Quando, por duas vezes, tornou-se iminente um ataque ao Sul de Mato Grosso, e se fez mister a presença, ali, de um chefe esclarecido e intrépido, o governador apelou a Ricardo Franco para que assumisse o comando daquela fronteira, a fim de conjurar o perigo. Estabeleceu seu posto de comando em Coimbra, onde construiu o forte, em substituição à velha paliçada ali existente. Sagrou-se vitoriosamente em 1801, na defesa do forte contra uma frota de guerra de potencial dez vezes superior. Ao ataque castelhano que o intimou a render-se ao poderio dos seus canhões, respondeu Ricardo Franco que preferia sepultar-se sob as ruínas do forte a entregá-lo aos inimigos.

Publicado em comemoração ao sesquicentenário de seu falecimento, o novo volume da Biblioteca do Exército, mais que uma biografia do ilustre militar e explorador geográfico, é uma reunião de documentos referentes ao seu trabalho, matéria-prima que o autor oferece a algum “escritor qualificado que vier a biografá-lo de verdade”. Os trabalhos por ele realizados no Brasil ocupam toda a gama de serviços peculiares à geografia, chefia de escritório, engenharia, administração pública, comando de fronteira, tais como reconhecimentos e explorações, expedições sertanejas, redação de diários, memórias, relatórios, pareceres, mapas geográficos, plantas topográficas, cálculos e desenhos de projetos de construções, tanto civis como militares, além das tarefas inerentes à administração pública ou ao comando militar. Dedicou-se entranhadamente à

geografia e à cartografia. Explorou e levantou milhares de quilômetros de nossos rios e sertões, ora na bacia do Amazonas, ora na do Paraguai. E para tornar útil e conhecido esse gênero de pesquisas, entregou-se por largos anos a trabalhos de escritório, umas vezes redigindo os diários e memórias daquelas explorações, outras fazendo anotações e cálculos de que resultavam mapas, quadros e gráficos elucidativos.

As últimas partes do livro (a bem dizer mais da metade do volume) referem-se às atividades de Ricardo Franco no comando da fronteira sul, especialmente na baixada do Médio Paraguai, onde, por várias vezes, o Forte Coimbra foi ameaçado pelos espanhóis. Até 1 808 o grande soldado ali serviu, apenas com pequenas interrupções. Com a saúde abalada pelo excesso de trabalho em regiões de poucos recursos, faleceu aos 21 de janeiro de 1 809.

Nos capítulos finais, trata o autor de assuntos ligados à repercussão da obra de Ricardo Franco e ao descobrimento de seus restos mortais, e neles retifica numerosas asserções de outros autores, entre os quais o Visconde de Taunay, que, em sua monografia **A cidade de Mato Grosso** (posteriormente incluída no volume **A cidade do ouro e das ruínas**) ocupou-se também, e demoradamente, do grande militar. Muito deve Mato Grosso a Ricardo Franco, não só pelas funções de sua vida militar, mas, principalmente, pelas explorações geográficas que realizou. Seus relatórios, que o Arquivo do Exército guarda, encerram contribuições valiosas para o conhecimento daquelas dilatadas regiões do Centro-Oeste brasileiro, e representam, tanto quanto as explorações de Silva Pontes, de Alexandre Rodrigues Ferreira e de Lacerda e Almeida, novas demonstrações do interesse pelas áreas de fronteiras, decorrente das demarcações dos tratados de Madri e de Santo Ildefonso, que garantiram para Portugal e, conseqüentemente, para o Brasil, a posse definitiva de extensas regiões, perlustradas primeiramente pelas bandeiras paulistas. Mais um exemplo, pois, do inusitado interesse que o Estado português toma pelo Brasil naquele período tão importante de nossa história, representado pelos fins do século XVIII e início do XIX.

De posse de tão vasta e valiosa documentação, ninguém melhor que o autor do presente ensaio para escrever a biografia definitiva de Ricardo Franco de Almeida Serra, em vez de simplesmente oferecer material para que outros a escrevam. Aliás, ressalte-se, de passagem, a admirável atividade desse brilhante oficial de nosso Exército, que, já reformado e octogenário, em vez de entregar-se exclusivamente ao "octium cum dignitate" que sua posição lhe permite, prefere entregar-se a exaustivas pesquisas arquivais visando a um

melhor conhecimento de nossa história militar, assunto em que se tornou grande autoridade. ONM

*

BASTIÕES DO CENTRO-OESTE

Continuando na sua faina de exumar dos arquivos elementos de interesse para a nossa história militar, especialmente no que se refere à expansão para o Centro-Oeste, o General Silveira de Melo, depois da excelente monografia sobre Ricardo Franco de Almeida Serra, de que já nos ocupamos, empreende agora novas pesquisas relativas a três importantes bastiões da ocupação portuguesa naquelas dilatadas regiões, onde a rivalidade castelhana pôs à prova, em inúmeras ocasiões, o valor e a lealdade dos heróicos luso-brasileiros que ali pelejaram para assegurar para Portugal, e conseqüentemente para o Brasil, a posse definitiva das nossas fronteiras ocidentais.

Ao enveredar por tal caminho, confessa no prefácio de seu último livro, editado pela Biblioteca do Exército (**Corumbá, Albuquerque e Ladário**), foi anotando, aqui e ali, maravilhado, os sacrifícios e rasgos de valor praticados por nossos antigos camaradas e sertanistas na ocupação e defesa de nossas raias e na guarda de nossos velhos baluartes — Coimbra, Miranda, Corumbá, Casalvasco, Forte da Conceição, Príncipe da Beira etc. Não se satisfaz com o que leu em livros e revistas a respeito das origens dessas antigas praças-fortes. Teve, contudo, sua curiosidade aguçada para a busca de elementos que permitissem reconstituir por miúdo a história daquelas guarnições de fronteira. Após estudar as origens do Forte Coimbra e de Miranda, interessou-se por Corumbá. Ali, no entanto, encontrou dificuldades, pois nenhum escritor se abalancara a narrar-lhe as origens e primeiros anos de existência. O pouco que havia era confuso e cheio de lacunas.

Pois para dirimir essa confusão e preencher os claros constituídos por essas lacunas que o ilustre pesquisador atirou-se aos arquivos, não apenas os do Rio de Janeiro, mas os da própria região estudada. Não foi fácil para o autor descobrir as origens de Corumbá e interpretá-las. Tão vinculadas se acham com as de Albuquerque e Ladário, que mal deixam perceber que estas não passam de ensaios e tentativas para a fundação daquela. Mas não é só isto. Uma frase obscura e incompleta na ata da fundação da importante cidade mato-grossense levou o pesquisador a refazer mais de uma vez os capítulos iniciais de seu trabalho, pois “a verdade paira acima de tudo e não admite tergi-

versações”. Fiel a este lema, reexaminou novamente as fontes de que dispunha, voltando mais de uma vez à “estaca zero”, para, afinal, apresentar-nos a crônica definitiva, que constitui a maior parte de seu último livro.

Seu propósito, de começo — confessa — foi não ir além das origens e fundação de Corumbá. Mas, depois de vencida a etapa mais difícil, viu-se tentado a desbravar-lhe também os primórdios e esmiuçá-los. E assim acabou estendendo o retrospecto histórico da cidade até 1 864, já na época da Guerra do Paraguai. Em capítulo que ocorre às páginas 40/42, apresenta-nos uma síntese dos acontecimentos relativos à origem de Corumbá, desde os últimos dias de 1 775, quando se verificou a conveniência de mudar-se para local mais adequado o antigo presídio de Albuquerque, resultando dessa mudança a Corumbá de hoje. Todavia, estão de tal modo ligados os três núcleos de Albuquerque, Ladário e Corumbá, que sua história — como o fez o autor — tem de ser estudada em conjunto. Dessas, apenas Corumbá vingou. Revelam, entretanto, grande interesse os depoimentos que alguns viajantes deixaram sobre tão longínquos núcleos de povoamento. O autor recolhe os de Castelnau, Leverger, Ferreira Moutinho, Bartolomeu Bossi, Luís d’Alincourt e Hércules Florence, este último como cronista da malograda **Expedição Langsdorff** ao interior do Brasil, e que passou por Corumbá em 1 827. Dos depoimentos transcritos, o de Castelnau afigura-se-nos mais valioso, pois resultante de observações mais acuradas.

Com a base documental que já nos habituamos a ver em outros trabalhos do ilustre oficial do nosso Exército, e com aquele cuidado de buscar sempre a verdade, ainda que para tal se veja obrigado às pesquisas mais estafantes e, muitas vezes infrutíferas, sobretudo num país onde a conservação dos arquivos não está reconhecidamente integrada como uma das necessidades culturais, também **Corumbá, Albuquerque e Ladário** constitui valioso subsídio não só para a história militar do Brasil, mas para a própria história do povoamento de Mato Grosso. ONM

*

UM MINEIRO ENTRE OS GUAICURUS

Em diferentes ocasiões, tanto aqui como em São Paulo, tenho tido oportunidade de ressaltar o valor das contribuições do General Raul Silveira de Melo à história militar do Brasil, com vistas especiais para as longínquas regiões

do Centro-Oeste. Seja compondo a biografia de Ricardo Franco de Almeida Serra (**Um homem do dever**), seja traçando a história do Forte Coimbra, seja, ainda, narrando a crônica de algumas praças fortes de Mato Grosso, a verdade é que os trabalhos do ilustre militar e historiador constituem peças básicas para o estudo daquelas extensas áreas onde a defesa da nacionalidade, especialmente após a assinatura dos tratados de limites do século XVIII, obrigou o estado português a uma radical mudança de atitude, com o objetivo de um melhor conhecimento do interior do Brasil. A demarcação das fronteiras, a fortificação de tão extensas lindes, o levantamento cartográfico e topográfico, o interesse pelas pesquisas em torno da geografia e da história natural de tais regiões, constituem pontos altos da preocupação luso-brasileira na segunda metade do setecentismo.

Um dos últimos trabalhos do benemérito General Silveira de Melo, **Para além dos bandeirantes**, é praticamente a biografia de Francisco Rodrigues do Prado, e constitui, como o próprio autor o afirma, “um complemento em caixa alta” da sua história do forte Coimbra, pois a este baluarte de defesa das lindes brasileiras o mineiro de São João del Rei ligou boa parte de sua obra em Mato Grosso. Nascido em 1758, já aos vinte anos aparecia ele em Vila Bela, então sede da Capitania de Mato Grosso, no alto Guaporé, para onde fora levado, ao que parece, por um irmão que lá se dedicava ao garimpo. A ambientação histórica que o General Silveira de Melo julgou necessária para situar seu biografado no tempo e no espaço constitui excelente contribuição à história de Mato Grosso. A trajetória do grande explorador é traçada com as possíveis particularidades: Vila Rica, Cuiabá, Coimbra, Miranda... Ênfase especial procurou o autor dar ao interesse pelos indígenas de Mato Grosso, notadamente os guaicurus ou “índios cavaleiros”, como costumavam ser denominados.

O interesse particular que Francisco Rodrigues do Prado dedicou aos guaicurus levou-o a escrever valiosa monografia sobre eles, publicada originalmente no jornal **O Patriota**, do Rio de Janeiro, em 1814, e reimpressa, anos mais tarde, pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no seu número inicial, em 1839. Antes, todavia, do Instituto Histórico conhecer a memória do mineiro de São João del Rei, já ela havia sido utilizada pelo historiador inglês Robert Southey, que a resumiu no último volume (da edição inglesa) de sua famosa **História do Brasil**. E, segundo informa, ainda, o General Silveira de Melo, fora ela também divulgada em **Nouveaux Annales des Voyages**, em 1819. Não seria apenas por acaso esse interesse na divulgação no exterior da monografia do nosso explorador mineiro. Lembra, contudo, o General Silveira

de Melo que, tanto na edição de **O Patriota**, como na do Instituto Histórico, encontram-se falhas decorrentes talvez de cochilos de copistas, tais como adulteração de palavras, omissões e trocas de letras, ortografia viciada, provinda de tropeços na leitura do original ou das cópias que serviram para as publicações.

Biografando Francisco Rodrigues do Prado, pareceu ao General Raul Silveira de Melo que deveria inserir na biografia deste grande soldado um capítulo especial, contendo a monografia “de renome universal” sobre os guaicurus. Foi o que fez no capítulo XI da terceira parte do livro, expurgando-a dos erros que macularam as edições anteriores. Temos, pois, agora, ao nosso alcance, em forma correta e quase na íntegra, o importante documento que honra sobremodo a cultura brasileira do século XVIII, no que respeita ao seu interesse etnográfico. Disse quase na íntegra, porque, como o próprio autor o confessa, “com o fim de torná-la mais atraente e menos longa”, omitiu “alguns trechos dispensáveis e que não mais interessam”. Assim também, “quanto a coordenadas astronômicas, posições e descrições de acidentes geográficos e outras indicações hoje desnecessárias”. Estas pequenas reduções — justifica o autor — darão margem a notas explicativas e parênteses destinados a facilitar a compreensão da leitura.

Consoante costume da época, a monografia trazia o rebarbativo título: “História dos Índios Cavaleiros ou Nação Guaicuru, escrita no Real Presídio de Coimbra, por Francisco Rodrigues do Prado, comandante do mesmo, em que descreve os seus usos e costumes, leis, alianças, ritos e governo doméstico, e as hostilidades feitas a diferentes nações bárbaras, aos portugueses e espanhóis, males que ainda são presentes na memória de todos. Ano de 1 795”. Inserida, assim, entre as páginas 120 e 145 de **Para além dos bandeirantes**, o General Silveira de Melo tirou do esquecimento a valiosa monografia, para, nos capítulos seguintes, retomar a narrativa da vida e obra de seu biografado, até o seu falecimento, em 1 804.

As páginas que o mineiro de São João Del Rei dedicou aos guaicurus em 1 795 honram a cultura brasileira da época, especialmente se as compararmos com tantos outros escritos do tempo, prolixos, gongóricos, vazios, quase diria inúteis, de que são exemplos — exemplos, aliás, de como não se deve escrever — os inúmeros trabalhos apresentados às famosas academias do século XVIII: Seletos, Renascidos, Felizes, Esquecidos, e outras que tais, — os quais marcam, inclusive, lamentável retrocesso com relação ao que se escreveu no século anterior. A monografia do nosso mineiro talvez seja o primeiro trabalho resultante de vivência e observação, elaborado no Brasil sobre qualquer grupo indígena. Compreende-se, pois, o porquê de sua divulgação, a ponto de

uma revista francesa transcrevê-lo e de um historiador inglês aproveitá-lo para o seu famoso livro, inegavelmente a primeira grande **História do Brasil** que se escreveu.

“O que consta deste livro” – diz modestamente o brilhante oficial de nosso Exército – “não é tudo, nem talvez seja o melhor a respeito deste lídimo soldado. É o bastante, porém, para guindá-lo ao pedestal da fama e da glória. Seus altos predicados militares, cívicos e morais sirvam de exemplo e estímulo à mocidade de hoje e de amanhã. Homem de fé. Homem de retidão e valor. Soldado às direitas. Dignificou a farda e deu realce à carreira das armas. Devotado aos chefes e às leis. Amigo dos subordinados e deles respeitado e querido. Homem de sadias convicções e de elevados sentimentos, capaz dos mais pesados sacrifícios e renúncias por amor ao Dever e à Pátria”.

Assim, com o belo volume **Para além dos bandeirantes** presta a Biblioteca do Exército mais um assinalado serviço à cultura histórica de nosso país. ONM

*

* *

PÁGINAS SELETAS DO GENERAL RAUL SILVEIRA DE MELO

1. O QUE REPRESENTOU PARA MATO GROSSO A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Resultasse embora, para o Brasil, grande dano da expulsão dos jesuítas portugueses, em conseqüência da ruína das missões e da decadência das regiões em que elas floresciam, pode-se afirmar, em contraposição, que o banimento dos jesuítas das colônias espanholas do Prata, do Paraguai e da Bolívia trouxe apreciáveis vantagens para a Capitania de Mato Grosso. Em que teriam consistido essas vantagens ?

Vejamos, por partes. O Mato Grosso não tinha missões jesuíticas, e, não as tendo, não sofreu golpe direto com a expulsão. (Os dois padres jesuítas que vieram com Rolim de Moura, únicos atingidos com a expulsão, eram sacerdotes do seu séquito e apenas haviam iniciado diligências no aldeamento de índios mansos, vizinhos a Vila Bela).

O Paraguai, porém, o Rio Grande do Sul, Misiones e Corrientes, o Chaco, Chiquitos e Moxos, que forneciam trabalhadores, víveres, mate e contingentes militares dia a dia melhor adestrados, essas províncias sofreram grave esmorecimento, porque, à retirada dos padres, seguiu-se o despovoamento e a ruína das missões. O Rio da Prata, aí compreendido o Paraguai, ainda se pôde valer da corrente emigratória espanhola que para ali continuou a afluir, graças às suas facilidades de comunicações. Mas, quanto ao leste boliviano, especialmente Moxos, privado da navegação do rio Paraguai e afastado centenas de léguas do Prata e do Peru, por via terrestre, foi espantoso o prejuízo dessas regiões. A pequena e dispersa população castelhana não pôde remediar o descabro das missões. Em todo o leste boliviano, desde o Chaco ao Mamoré, a colonização gentilica esmoreceu. Os elementos castelhanos ali radicados e os que ali se vieram estabelecer à saída dos padres, na tentativa de revivescer as antigas aldeias, não puderam conter-lhes a derrocada nem se puderam agüentar nesses malfadados rincões. Ou sucumbiram às endemias, ou tiveram de recolher-se às sedes provinciais de Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e Potosi, que, aliás, muito sofreram também da falta do intercâmbio que mantinham com as missões.

Desses males sofridos pelas províncias confinantes resultaram enormes vantagens para Mato Grosso. As suas fronteiras ficaram aliviadas da competição castelhana, não tanto ao Sul, mas quase totalmente ao Oeste. Em 1767, quando se pronunciou a segunda tentativa de reconquista do Forte da Conceição, no Guaporé, pelas tropas castelhanas, ainda não havia chegado, ali, a ordem de banimento dos jesuítas. Este só veio a ter realização no ano seguinte. Daí por diante, até a independência boliviana, nunca mais os castelhanos tiveram elementos, nem para vigiar a fronteira, nem para impedir a expansão portuguesa, que se consumou tranqüilamente em toda a faixa ocidental, desde a Baía Negra até o Jauru, e desde a embocadura deste até à foz do rio Verde. Essa faixa fronteiriça ficou incorporada definitivamente ao Brasil em virtude do **uti-possidetis**.

Outrossim, a invasão pacífica do Acre e sua conquista mais tarde pelos seringueiros brasileiros, foi uma conseqüência remota da extinção das missões de Moxos, em função do recuo, naquele setor, da colonização hispano-boliviana.

Quanto à fundação do Presídio de Coimbra, na margem castelhana do rio Paraguai, nada puderam opor as autoridades de Santa Cruz de

la Sierra. O Paraguai, pelo seu lado, ficou também às tontas por um decênio após o afastamento dos jesuítas.

Tivesse D. Luís Antônio melhores cooperadores para localização mais adequada ao Presídio de N. S. dos Prazeres do Iguatemi, por certo a colonização paulista teria criado raízes no Sul de Mato Grosso, e, irradiando-se até Fecho-dos-Morros, como era desejo daquele grande chefe, faria deste, como pretendeu Luís de Albuquerque, o bastião ocidental de São Paulo ou o meridional de Mato Grosso.

Só dez anos após o colapso das missões é que conseguiu meios o governo paraguaio para destruir o Presídio dos Prazeres, e ainda assim, porque o encontrou minado pelas febres, baldo de recursos, quase exausto, sem se poder agüentar por si mesmo nem fazer frente aos atacantes.

Quando, pois, se estabeleceu em 1 775 o presídio de Coimbra, ainda o Paraguai sofria efeito do colapso das missões. Foi somente dois anos depois que Pinedo, animado pelas vitórias de Ceballos no Sul, decidiu-se a atacar o Presídio dos Prazeres. Todavia, conquanto dispusesse de efetivo suficiente, não se abalçou a mais que aquela façanha contra o forte inerme do Iguatemi. Quanto ao Presídio de Coimbra, contra o qual tanto se assanharam as iras castelhanas, nem intimidação sofreu do caudilho paraguaio.

Somente 26 anos depois de estabelecido e já com suas muralhas erguidas, dá-se contra ele o primeiro embate armado dos castelhanos do Paraguai. Coincidência: comandava essa expedição o governador paraguaio Lázaro de Ribera, que exercera antes, em 1 786-93, o governo de Moxos e ali pudera observar, sem meios de obstá-la, a decadência daquele território e o avanço dos portugueses para além do Paraguai e do Jauru.

A destruição das missões castelhanas do Paraguai e do leste boliviano abriram ao Mato Grosso longa trégua em que ele pôde viver, mesquinamente embora, mas sem atentados às suas fronteiras históricas.

(**História do Forte de Coimbra**, vol. II, 165 – 167.)

la Sierra. O Paraguai, pelo seu lado, ficou também às tontas por um decênio após o afastamento dos jesuítas.

Tivesse D. Luís Antônio melhores cooperadores para localização mais adequada ao Presídio de N. S. dos Prazeres do Iguatemi, por certo a colonização paulista teria criado raízes no Sul de Mato Grosso, e, irradiando-se até Fecho-dos-Morros, como era desejo daquele grande chefe, faria deste, como pretendeu Luís de Albuquerque, o bastião ocidental de São Paulo ou o meridional de Mato Grosso.

Só dez anos após o colapso das missões é que conseguiu meios o governo paraguaio para destruir o Presídio dos Prazeres, e ainda assim, porque o encontrou minado pelas febres, baldo de recursos, quase exausto, sem se poder agüentar por si mesmo nem fazer frente aos atacantes.

Quando, pois, se estabeleceu em 1 775 o presídio de Coimbra, ainda o Paraguai sofria efeito do colapso das missões. Foi somente dois anos depois que Pinedo, animado pelas vitórias de Ceballos no Sul, decidiu-se a atacar o Presídio dos Prazeres. Todavia, conquanto dispusesse de efetivo suficiente, não se abalçou a mais que aquela façanha contra o forte inerme do Iguatemi. Quanto ao Presídio de Coimbra, contra o qual tanto se assanharam as iras castelhanas, nem intimidação sofreu do caudilho paraguaio.

Somente 26 anos depois de estabelecido e já com suas muralhas erguidas, dá-se contra ele o primeiro embate armado dos castelhanos do Paraguai. Coincidência: comandava essa expedição o governador paraguaio Lázaro de Ribera, que exercera antes, em 1 786-93, o governo de Moxos e ali pudera observar, sem meios de obstá-la, a decadência daquele território e o avanço dos portugueses para além do Paraguai e do Jauru.

A destruição das missões castelhanas do Paraguai e do leste boliviano abriram ao Mato Grosso longa trégua em que ele pôde viver, mesquinamente embora, mas sem atentados às suas fronteiras históricas.

(**História do Forte de Coimbra**, vol. II, 165 – 167.)

2. RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI NO TEMPO DE FRANCIA

Em 1822 mandou Francia ocupar o território de Misiones. Através dele entrou em relações com as autoridades militares do Rio Grande e se correspondeu com o general Lecor na Cisplatina.

Após a nossa Independência, e, atendendo, por certo, a esses primeiros entendimentos, D. Pedro I, em 1824, designa para representante consular e agente político do Brasil no Paraguai o sargento-mor Antônio Manuel Correia da Câmara, nomeando-o também, simultaneamente, comandante do Forte de Coimbra e da fronteira sul mato-grossense. Correia da Câmara, todavia, não chegou a assumir o comando do Forte nem por ali passou. Sua entrada no Paraguai se deu por Itapuã, via São Luís, no Rio Grande, por onde veio da Corte. De Itapuã passou a Assunção e ali esteve três meses em boa convivência com o ditador e pessoas gradas daquela capital. Decorrido esse tempo, regressou ao Rio de Janeiro, pelo mesmo itinerário, a fim de dar conta ao Gabinete de suas gestões no Paraguai. Em 1826, foi dispensado do comando do Forte, que não exercera, e reenviado ao Paraguai como nosso Encarregado de Negócios, tendo sido o primeiro representante diplomático estrangeiro acreditado na nova república. Todavia, nesta nova investidura não conseguiu chegar a Assunção. Três meses esperou em São Luís a autorização de Francia para entrar no Paraguai. Transpondo, porém, o rio Paraná e chegando a Itapuã, teve de instalar ali a Legação, porque Francia o reteve nesse povoado quase dois anos, no propósito de que o Império cumprisse primeiro os compromissos assumidos por Câmara, de indenização dos danos praticados pelos guaicurus nas fazendas paraguaias e de remessa do armamento pedido pelo ditador. Aliás, o armamento só não chegou a Assunção porque o navio que o transportava ficou em Montevideú impedido de prosseguir por haver estalado a guerra com a Argentina. Finalmente, cansado de esperar, Correia da Câmara adoece e pede ao Gabinete para regressar ao Brasil. Antes, porém, de receber esta faculdade, o ditador lhe envia os passaportes. Correia da Câmara retira-se então para o Rio Grande, levando consigo todo o pessoal e também o arquivo da Legação.

No que diz respeito às relações entretidas pelas autoridades mato-grossenses com o ditador paraguaio, o presidente da Província, Estêvão Ribeiro de Resende, em ofício de 21-2-1839, presta os seguintes esclarecimentos ao Ministro de Estrangeiros. Em 1825 e 26 o comércio fluvial e as relações de amizade se mantiveram de parte a parte, mas os guaicurus, invadindo e

depredando fazendas no território paraguaio, causaram a interrupção daquelas relações de boa vizinhança. Os presidentes da Província determinavam com freqüência aos comandantes da fronteira que impedissem aquelas incursões, bem como a aquisição de armas e munições por parte dos índios. Era, porém, impraticável, naqueles tempos, obstar tais correrias predatórias, porque elas faziam parte dos costumes e do espírito belicoso dos guaicurus. Quando não eram dirigidas contra os paraguaios, seus inimigos, voltavam-se contra outras tribos, e assim procederam outrora contra os próprios portugueses. Informa ainda aquele presidente: “Posteriormente, as boas relações ainda continuaram até o ano de 1828 em que se retirou daquela república o Conselheiro Manuel Correia da Câmara, nosso Encarregado de Negócios, e de então em diante ou fosse porque a retirada da Legação Imperial, aliás exigida pela dignidade do Império, induzisse algumas suspeitas no espírito do ditador Francia, ou porque o seu sistema exclusivo o resolvesse, cessou até hoje por esta Província toda a comunicação para a capital de Assunção”.

Nada obstante, o Ministro determinou ao presidente Resende que não alterasse a boa inteligência que devia existir entre a Província e o governo paraguaio. À vista disso, aquele presidente resolveu enviar a Assunção o capitão-tenente Augusto Leverger, inspetor do Arsenal de Marinha de Cuiabá, no desempenho de uma missão de amizade junto ao governo de Francia. Leverger partiu dali a 20-2-1839, mas não pôde passar do Olimpo, porque o comandante desse forte lho impediu, e recusou-se também a receber a correspondência que ele conduzia para o governo paraguaio.

Ainda no ano seguinte, o novo presidente José da Silva Guimarães insistiu no envio de Leverger ao Paraguai, mas, como da primeira vez, foi-lhe embargado o passo no Forte Olimpo, onde lhe notificaram a morte de Francia, ocorrida a 20 de setembro de 1840.

(**História do Forte de Coimbra**, IV, 11 – 14.)

3. RICARDO FRANCO NO COMANDO DA FRONTEIRA E EM OPERAÇÕES DE GUERRA

Ricardo Franco dera boa prova de chefe na direção de expedições geográficas, na organização e chefia do escritório cartográfico, no governo da Capitania, na construção de obras etc., mas ainda não mostrara a sua

capacidade de soldado, isto é, aquela capacidade peculiar a que estava mais obrigado, por sua formação militar. A competência militar exige estudo, treinamento, experiência. Foi Camões, um soldado raso, mas perfeito observador das lides da guerra, quem sentenciou a esse respeito:

“A disciplina militar prestante
Não se aprende, senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando”
(Lusíadas, X, 153.)

Ricardo Franco não fizera essa experiência, a não ser por tabela, no exame e apreciação dos temas táticos do seu tempo, na leitura das guerras. Teria refletido sobre o caráter que tomariam operações militares no teatro mato-grossense, eminentemente fluvial. Examinara por miúdo a campanha desenrolada na frente do Guaporé em 1763, quando os castelhanos tentaram apoderar-se do Forte da Conceição, erguido no local em que aqueles tinham antes a Missão de Santa Rosa.

Em 13 anos de oficialato, passados em Portugal, somente uns três levara em atividade regimental. Em 30 anos no Brasil, 10 anos exercita-se no comando de um forte, na vigilância de fronteira, e numa ligeira, embora intensa operação de guerra. Vale dizer que dois terços do seu tempo de serviço dera a atividades civis e um terço apenas às lides da caserna, ao comando de fronteira, comando este, todavia, mais ocupado com o expediente diário e as obras do forte do que propriamente com o treinamento da tropa e os exercícios de combate. Mas foi exatamente neste particular, como chefe de operações militares e comando de tropa no combate, menos tempo e menosmente aplicado às atividades militares, que Ricardo Franco teve maior realce em sua vida.

A formação integral de um oficial deve habilitá-lo para duas ocorrências capitais: operações de guerra, de modo geral; e, em particular, encontro com o inimigo. A guerra é um acidente funesto, semelhante à peste, na história de um povo. Nenhum escapa a essa fatalidade. A Suíça é uma exceção paradoxal, mas não infirma a regra. A guerra, sendo um mal, como é, nenhum governo consciencioso a busca, nem deve buscá-la, mas cumpre-lhe estar em condições de encará-la, porque é acidental. Ai !, por conseguinte, daquele povo que não prepara o seu instrumento bélico para essa eventualidade ! O exemplo vem da própria natureza. Para assegurar a sobrevivência aos animais, e, até aos

vegetais inferiores, deram-se-lhes órgãos ou meios de defesa, adequados a cada um.

A nenhum governo escapa essa cogitação. Deflagrada, porém, que seja a guerra, o de que se trata então para o Exército é entrar em operações. É de procurar o encontro com o inimigo nas melhores condições, com o objetivo de batê-lo e esmagá-lo, possivelmente, no primeiro choque de armas.

As operações de guerra, conquanto eventuais na vida dos povos, por não se poder prevêê-las, senão prevenir-se contra elas, uma vez desencadeadas, o combate e a batalha hão de ser buscados como únicos meios ordinários de destruir o inimigo e acabar com a guerra. Revestem-se as guerras de não poucas obscuridades, pois não se podem fixar com precisão o tempo, o lugar e as condições em que se darão os choques decisivos. Eis por que o eventual e o obscuro na guerra, hão de ser objeto de perquirição em tempo de paz, pelos que fazem profissão das armas, à maneira de equações indeterminadas, cujas incógnitas, apesar das dificuldades, se devem procurar com o emprego de artifícios de cálculo e ginástica de espírito.

Por outro lado, as coisas em campanha, no cotidiano, são rotineiras, tais como as marchas, os reconhecimentos, a vigilância e a observação, os estacionamentos, a organização do terreno etc. Tudo isso, no entanto, se opera em busca daquele objetivo supremo, que é a destruição do inimigo. Para todos esses objetivos, por conseguinte, seja no geral como no acidental, é que deve ser encaminhada a formação do oficial, consoante estoutro conceito de Camões:

“Tal há de ser que quer co dom de Marte
Imitar os ilustres e igualá-los;
Voar co pensamento a toda a parte,
Advinhar perigos e evitá-los,
Com militar engenho e sutil arte
Entender os inimigos e enganá-los”

(Lusíadas, VIII, 88.)

Realmente, não se aplicando pelo menos, a exercícios no terreno e na carta, e ao exame de casos concretos, como se faz hoje, não é possível a um comandante estar apto a conduzir-se acertadamente em operações de guerra. E, ainda mais, para que chegue a examinar com justeza o que poderá acontecer de favorável ou desfavorável numa decisão pelas armas, precisa afeiçoar-se ao estudo dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que precedem, motivam e acompanham as guerras e delas resultam.

Ora, Ricardo Franco não teria entrado a fundo nesses problemas, que constituem, hoje, matéria obrigatória das Escolas de Comando e Estado-Maior. Ainda aí, no entanto, demonstrou ele notável intuição política e militar, dons de observação e qualidades de chefe. Na Academia Militar não teria ido além da Tática de infantaria, da apreciação as guerras na Península, e das expedições militares portuguesas na África e na Ásia. No curso de engenharia versara a construção, o ataque e a defesa de fortificações. Ter-se-ia aplicado, mas de **motu proprio**, à história dos grandes capitães, às Cruzadas e às lutas na Europa contra os muçulmanos. Com sua boa memória e seu raciocínio ágil, retivera os princípios sobre os quais repousam a segurança das nações, e os trunfos de que se devem valer para se tornarem fortes na guerra. Fizera, enfim, auto-aprendizagem de tudo mais que concerne à cultura militar.

Durante os anos em que se empenhou nas expedições geográficas e no escritório técnico, nada menos de 17 anos, guardara, ao certo, na lembrança aqueles conhecimentos, pois nos seus **diários** e **memórias** afloram eles de ordinário, toda vez que fazia uma pausa para apreciar as questões de limites e as reações dos confrontantes. No seu primeiro período de governo tripartite, teria considerado detidamente estes três graves acontecimentos da Capitania: o incidente Boneo-Passos em 1790; as polêmicas de Azara, Alós y Bru, e de Arredondo, contra o Forte de Coimbra; a fundação do Forte Borbon e a do São Carlos do Apa.

Quando, porém, desceu o rio Paraguai em 1797 para seu primeiro comando militar, em dias de tensão política entre as metrópoles, aí, sim, Ricardo Franco se deteve a recordar os princípios da Guerra, estudados e meditados na Academia Militar. Teria posto em dia as suas leituras e reflexões sobre operações bélicas, e, em particular, a situação especial de Mato Grosso, exposto, no Sul e no Oeste, a ataques contra suas fragílimas fronteiras.

O primeiro resultado desse exame traduziu-se em duas providências imediatas: o projeto e início de construção, em alvenaria de pedra, do Forte de Coimbra, e a fundação do Presídio de Miranda, dois ferrolhos contra a invasão terrestre e fluvial à fronteira sul. Desde esse ano até 1801, em que as coisas na Europa e na América andaram encrespadas, não cessou de buscar soluções, por via de raciocínios e de exames no tabuleiro geográfico, para o caso de os castelhanos tentarem pelas armas o que não haviam conseguido pela ameaça e pela disputa: a ocupação do sul de Mato Grosso, representada, no momento, em primeira etapa, pela expulsão dos portugueses do Forte de Coimbra.

Ora, Ricardo Franco não teria entrado a fundo nesses problemas, que constituem, hoje, matéria obrigatória das Escolas de Comando e Estado-Maior. Ainda aí, no entanto, demonstrou ele notável intuição política e militar, dons de observação e qualidades de chefe. Na Academia Militar não teria ido além da Tática de infantaria, da apreciação as guerras na Península, e das expedições militares portuguesas na África e na Ásia. No curso de engenharia versara a construção, o ataque e a defesa de fortificações. Ter-se-ia aplicado, mas de **motu proprio**, à história dos grandes capitães, às Cruzadas e às lutas na Europa contra os muçulmanos. Com sua boa memória e seu raciocínio ágil, retivera os princípios sobre os quais repousam a segurança das nações, e os trunfos de que se devem valer para se tornarem fortes na guerra. Fizera, enfim, auto-aprendizagem de tudo mais que concerne à cultura militar.

Durante os anos em que se empenhou nas expedições geográficas e no escritório técnico, nada menos de 17 anos, guardara, ao certo, na lembrança aqueles conhecimentos, pois nos seus **diários** e **memórias** afloram eles de ordinário, toda vez que fazia uma pausa para apreciar as questões de limites e as reações dos confrontantes. No seu primeiro período de governo tripartite, teria considerado detidamente estes três graves acontecimentos da Capitania: o incidente Boneo-Passos em 1790; as polêmicas de Azara, Alós y Bru, e de Arredondo, contra o Forte de Coimbra; a fundação do Forte Borbon e a do São Carlos do Apa.

Quando, porém, desceu o rio Paraguai em 1797 para seu primeiro comando militar, em dias de tensão política entre as metrópoles, aí, sim, Ricardo Franco se deteve a recordar os princípios da Guerra, estudados e meditados na Academia Militar. Teria posto em dia as suas leituras e reflexões sobre operações bélicas, e, em particular, a situação especial de Mato Grosso, exposto, no Sul e no Oeste, a ataques contra suas fragílimas fronteiras.

O primeiro resultado desse exame traduziu-se em duas providências imediatas: o projeto e início de construção, em alvenaria de pedra, do Forte de Coimbra, e a fundação do Presídio de Miranda, dois ferrolhos contra a invasão terrestre e fluvial à fronteira sul. Desde esse ano até 1801, em que as coisas na Europa e na América andaram encrespadas, não cessou de buscar soluções, por via de raciocínios e de exames no tabuleiro geográfico, para o caso de os castelhanos tentarem pelas armas o que não haviam conseguido pela ameaça e pela disputa: a ocupação do sul de Mato Grosso, representada, no momento, em primeira etapa, pela expulsão dos portugueses do Forte de Coimbra.

Não é, pois, de admirar que ao pedido de Caetano Pinto, para que dissesse em que deveria constituir o **plano de guerra** da Capitania, Ricardo Franco respondesse, em três meses apenas, com alentado estudo dos teatros de operações, o do Oeste e o do Sul, em que se teria de empenhar a Capitania, na hipótese de uma guerra com as províncias vizinhas, integrantes do Vice-Reinado do Prata.

Esse importante documento, redigido e apresentado com tal brevidade, dá a idéia exata de que Ricardo Franco não fora pegado de improviso, mas, pelo contrário, o assunto estava amadurecido no seu espírito, faltando apenas descer-lhe do cérebro para o papel. E assim o fez, sem tardança, embora não se pudesse aplicar a redigi-lo senão nas horas de vigília, porquanto as obras do Forte e o expediente da guarnição lhe tomavam os dias inteiros.

Isso feito, não longe daqueles dias, quando surgiu o primeiro informe de que a esquadra do governador assuncenho chegara a Concepción, ele lançou logo, rio abaixo, suas antenas de observação, e, a seguir, demorando o retorno destas, expediu um reconhecimento armado. Nesse intervalo, entre sondagens e busca de informações, o grande soldado tomou as providências que requeria a situação: o aviso e o pedido de reforço à retaguarda, e a ordem ao comandante de Miranda para proceder a uma diversão pela campanha, rumo ao Apa. Daí por diante os acontecimentos se precipitaram e, em poucos dias, o chefe castelhano, esbarrando em falso contra o Forte de Coimbra, viu-se compelido a pôr-se em retirada.

O que, porém, decidiu do fracasso castelhano, não foi de todo o senso tático e a perícia militar de Ricardo Franco. Pouco valeria, naquela conjuntura, as suas qualidades de comando, ante a fragilidade da defesa e a superioridade esmagadora do inimigo. De nada valeria o argumento intelectual e moral contra a lógica da força. De fato. A luta proposta a Ricardo Franco por Lázaro de Ribera era a de navios contra canoas, de 10 homens contra um, de canhões contra mosquetes. Esses eram os valores reais que teriam de influir no espírito do comandante do Forte para tomada de sua decisão, em face de ultimato do chefe castelhano. Estavam, ali, as pontas do dilema. Não havia por onde fugir: ou teria de capitular ou seria esmagado. Havia ainda coisa pior: qualquer que fosse a decisão, a consequência seria uma só e calamitosa — a vitória total do chefe castelhano e a perda para os portugueses do sul de Mato Grosso.

Humanamente falando, logicamente raciocinando, seria essa, inexoravelmente, a resultante daquele sistema de forças. Apesar desse jogo de

forças contrárias, apesar de tudo, qual foi a decisão de Ricardo Franco? Resistência a todo transe. Antes sepultar-se nas ruínas do Forte, do que entregá-lo ao inimigo.

Com essa decisão e essa disposição, enfrentou ele e os seus poucos homens fiéis aquele conjunto de forças: as belonaves inimigas, a frota de canoas de rancorosos paiaguás, os canhões de bordo, os 600 homens de desembarque, a fúria do chefe castelhano. No entanto, por mais incrível que pareça, o vitorioso foi ele. Espetacular vitória!

Como, porém, lograra sair triunfante nesse jogo altamente desigual? A resposta a esse paradoxo veio **a posteriori**: Ricardo Franco apoiara sua serena intrepidez, seu desassombro, sua fidelidade ao dever militar, sua retidão moral, na desmedida confiança que depositava na Padroeira do Forte. Impossível! diriam todos **a priori**. Impossível! dirão ainda muitos que se não querem dobrar às realidades. Mas o impossível aconteceu, apesar de todos os contrários. Contra todas as possibilidades.

Tudo se passou, na aparência, como num jogo de sorte. Entre dez mil cartas pretas, foi virada uma carta branca, única que constava do baralho. A maravilha esteve nisso. A mão invisível de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte, comandou os acontecimentos em defesa dos seus protegidos. A imagem da Virgem, adquirida pelo grande soldado, ali estava a fortalecer-lhe o abraço e a obumbrar a mente do chefe castelhano. É demasiado chocante a realidade do fato ante as razões da lógica, porquanto o que parecia certo a favor das armas castelhanas, se converteu por inteiro contra elas, dando a vitória à causa portuguesa, que se diria periclitante.

(Um homem do dever, 109 – 115.)

*

4. ATIVIDADES DE RICARDO FRANCO NO FORTE DE COIMBRA

O Tratado de Paz de Badajós, de 6 de junho de 1801, não trouxe sossego e tranqüilidade a Portugal na Europa. A nação lusitana fraquejara na guerra de seis semanas que lhe fizeram a França e Espanha, na Península. Capitulara ainda no ajuste de contas, ao aceitar uma paz vexatória, ao preço do território do Amapá, cedido à França. Todavia, se o resultado das armas e das

negociações lhe foi desfavorável na Europa, em contrapartida, no Brasil, a guerra européia propiciou-lhe não pequenas vantagens, visto que, à sombra dela, os gaúchos expulsaram os castelhanos dos Sete Povos Missionários e avançaram até a linha Quaraim-Chuí. De outro lado, o fracasso de Lázaro de Ribera contra o Forte de Coimbra teve a insigne virtude de consolidar definitivamente a nossa posição à margem direita do rio Paraguai e ao sul do Mato Grosso.

Cessadas as hostilidades do governador do Paraguai contra o Forte de Coimbra e as de Rodrigues do Prado contra a fronteira do Apa, e passada a tensão **post-bellum**, que se seguiu àquelas operações, voltou a Capitania ao regime de paz. Reabriram-se as relações oficiais, de governo a governo, entre o capitão-general e os governantes vizinhos de Moxos, Chiquitos e Paraguai. Bem assim, na fronteira sul, reataram os comandantes das praças de armas, de uma e de outra banda, as trocas de epístolas e cortesias que mantinham antes da guerra.

As hostilidades tiveram para os portugueses a vantagem de água fria na fervura. Os governadores castelhanos, mormente o do Paraguai, não mais voltaram a agitar e debater as irritantes questões territoriais. Todavia, se de parte das autoridades castelhanas do Prata e do Paraguai não sobrevieram motivos de desinteligência, nem as deram por esse tempo os portugueses do Brasil, não poucas vezes as dificuldades e desentendimentos das metrópoles, em face do estado caótico da Europa, repercutiram nas colônias da América, dando a impressão, num e noutro lado das fronteiras, que a tragédia política européia se poderia estender ao cenário americano.

No entanto, bem examinadas as coisas, ver-se-ia que, se hostilidades houvessem de estalar na América, não viriam das colônias hispano-americanas, mas de fora. Só de duas nações se poderiam temer operações contra as colônias americanas: da França e da Inglaterra. Da França, porém, essa hipótese deveria ser afastada desde logo, porque ela não estava em condições de enfrentar a esquadra inglesa que policiava os mares. Da Inglaterra, sim, mas não contra o Brasil, mercê da aliança que Portugal contraíra com aquela. Ora, a posição da Espanha em relação à França é que dava ensejo, não só à inibição, por parte dos ingleses, do comércio das colônias espanholas com a metrópole, mas ainda, como se verificou no Prata, ao ataque a essas mesmas colônias. Portanto, se estado de alarma se justificava não seria nas fronteiras e sim nos portos marítimos.

Todavia, no estado de guerra em que se debatia a Europa, tudo podia ocorrer que modificasse, do dia para a noite, as relações entre as autoridades portuguesas no Brasil com as do vice-reinado vizinhos. E foi neste

negociações lhe foi desfavorável na Europa, em contrapartida, no Brasil, a guerra européia propiciou-lhe não pequenas vantagens, visto que, à sombra dela, os gaúchos expulsaram os castelhanos dos Sete Povos Missionários e avançaram até a linha Quaraim-Chuí. De outro lado, o fracasso de Lázaro de Ribera contra o Forte de Coimbra teve a insigne virtude de consolidar definitivamente a nossa posição à margem direita do rio Paraguai e ao sul do Mato Grosso.

Cessadas as hostilidades do governador do Paraguai contra o Forte de Coimbra e as de Rodrigues do Prado contra a fronteira do Apa, e passada a tensão *post-bellum*, que se seguiu àquelas operações, voltou a Capitania ao regime de paz. Reabriram-se as relações oficiais, de governo a governo, entre o capitão-general e os governantes vizinhos de Moxos, Chiquitos e Paraguai. Bem assim, na fronteira sul, reataram os comandantes das praças de armas, de uma e de outra banda, as trocas de epístolas e cortesias que mantinham antes da guerra.

As hostilidades tiveram para os portugueses a vantagem de água fria na fervura. Os governadores castelhanos, mormente o do Paraguai, não mais voltaram a agitar e debater as irritantes questões territoriais. Todavia, se de parte das autoridades castelhanas do Prata e do Paraguai não sobrevieram motivos de desinteligência, nem as deram por esse tempo os portugueses do Brasil, não poucas vezes as dificuldades e desentendimentos das metrópoles, em face do estado caótico da Europa, repercutiram nas colônias da América, dando a impressão, num e noutro lado das fronteiras, que a tragédia política européia se poderia estender ao cenário americano.

No entanto, bem examinadas as coisas, ver-se-ia que, se hostilidades houvessem de estalar na América, não viriam das colônias hispano-americanas, mas de fora. Só de duas nações se poderiam temer operações contra as colônias americanas: da França e da Inglaterra. Da França, porém, essa hipótese deveria ser afastada desde logo, porque ela não estava em condições de enfrentar a esquadra inglesa que policiava os mares. Da Inglaterra, sim, mas não contra o Brasil, mercê da aliança que Portugal contraíra com aquela. Ora, a posição da Espanha em relação à França é que dava ensejo, não só à inibição, por parte dos ingleses, do comércio das colônias espanholas com a metrópole, mas ainda, como se verificou no Prata, ao ataque a essas mesmas colônias. Portanto, se estado de alarma se justificava não seria nas fronteiras e sim nos portos marítimos.

Todavia, no estado de guerra em que se debatia a Europa, tudo podia ocorrer que modificasse, do dia para a noite, as relações entre as autoridades portuguesas no Brasil com as do vice-reinado vizinhos. E foi neste

pressuposto que, por vezes, os portugueses da fronteira sul de Mato Grosso, sem motivos reais, antes por mero efeito de repercussão do problema europeu, passavam ao estado de alerta e engrossavam as suas defesas em Coimbra e Miranda. Passados, porém, os motivos de alarma, ou verificada a sua improcedência, voltavam as guarnições de fronteira aos dias de calma.

Os anos de 1 803 a 1 805 (e 1 809 a 1 810) decorreram tranqüilamente. Não assim os de 1 806 e 1 807, que corresponderam aos ataques da esquadra inglesa aos portos de Buenos Aires e Montevideú, e os de 1 807 e 1 808, em que se verificou a invasão de Portugal e a fuga da família real para o Brasil.

Vejamos a influência que tiveram estes dois acontecimentos sobre o Forte de Coimbra e as mais posições defensivas a ele subordinadas.

Da correspondência do Forte nada pude inferir relativamente à primeira ocorrência, visto que é muito escassa, nesse período, a documentação existente no Arquivo Histórico de Cuiabá, como já dei a conhecer. De 1 802 até a saída de Ricardo Franco (novembro de 1 806) para participar da junta de governo, encontrei apenas nove documentos procedentes de Coimbra. Estes, porém, tratam de outros assuntos. Costa Siqueira, todavia, que andava a par do que ocorria na fronteira sul, registra no seu **Compêndio Histórico** a seguinte informação:

“1 806. Tendo o coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante-chefe do Forte de Coimbra, justas suspeitas de que os espanhóis projetavam atacar o Forte de Coimbra, segundo o aparato bélico com que se aprontavam aceleradamente, participa estas mesmas ao tenente-coronel Gabriel da Fonseca e Souza, comandante do regimento de milícias desta vila, e a urgência da guarnição para aquela importante praça; a qual com excessiva atividade e zelo do real serviço aprontou com suma brevidade sessenta soldados milicianos, que se dividiram entre os fortes de Coimbra e Miranda, concorrendo para a brevidade da partida a atividade com que o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro fez aprontar o municionamento de boca para a manutenção do reforço, que foi expedido com a maior prontidão.”

Esta nota não traz indicação de mês e dia em que teria chegado a Cuiabá a comunicação de Ricardo Franco. Deve ser anterior a 2 de junho visto

pressuposto que, por vezes, os portugueses da fronteira sul de Mato Grosso, sem motivos reais, antes por mero efeito de repercussão do problema europeu, passavam ao estado de alerta e engrossavam as suas defesas em Coimbra e Miranda. Passados, porém, os motivos de alarma, ou verificada a sua improcedência, voltavam as guarnições de fronteira aos dias de calma.

Os anos de 1 803 a 1 805 (e 1 809 a 1 810) decorreram tranqüilamente. Não assim os de 1 806 e 1 807, que corresponderam aos ataques da esquadra inglesa aos portos de Buenos Aires e Montevidéu, e os de 1 807 e 1 808, em que se verificou a invasão de Portugal e a fuga da família real para o Brasil.

Vejamos a influência que tiveram estes dois acontecimentos sobre o Forte de Coimbra e as mais posições defensivas a ele subordinadas.

Da correspondência do Forte nada pude inferir relativamente à primeira ocorrência, visto que é muito escassa, nesse período, a documentação existente no Arquivo Histórico de Cuiabá, como já dei a conhecer. De 1 802 até a saída de Ricardo Franco (novembro de 1 806) para participar da junta de governo, encontrei apenas nove documentos procedentes de Coimbra. Estes, porém, tratam de outros assuntos. Costa Siqueira, todavia, que andava a par do que ocorria na fronteira sul, registra no seu **Compêndio Histórico** a seguinte informação:

“1 806. Tendo o coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante-chefe do Forte de Coimbra, justas suspeitas de que os espanhóis projetavam atacar o Forte de Coimbra, segundo o aparato bélico com que se aprontavam aceleradamente, participa estas mesmas ao tenente-coronel Gabriel da Fonseca e Souza, comandante do regimento de milícias desta vila, e a urgência da guarnição para aquela importante praça; a qual com excessiva atividade e zelo do real serviço aprontou com suma brevidade sessenta soldados milicianos, que se dividiram entre os fortes de Coimbra e Miranda, concorrendo para a brevidade da partida a atividade com que o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro fez aprontar o municionamento de boca para a manutenção do reforço, que foi expedido com a maior prontidão.”

Esta nota não traz indicação de mês e dia em que teria chegado a Cuiabá a comunicação de Ricardo Franco. Deve ser anterior a 2 de junho visto

que a efeméride registrada a seguir por Costa Siqueira em **Compêndio Histórico** é desse mês e dia.

Nestas condições, não se pode atribuir “o aparato bélico com que se aprontavam aceleradamente” os castelhanos ao primeiro ataque dos ingleses a Buenos Aires, porque este se deu em 24 de junho de 1806. Todavia, se os espanhóis do Rio Prata estavam advertidos da possibilidade daquele ataque, neste caso sim, o vice-rei poderia ter avisado os governadores das províncias e estes teriam reforçado as guarnições de fronteira e concentrado tropas em Assunção. Essa mobilização de milicianos é que teria chegado ao conhecimento de Ricardo Franco por intermédio de índios que transitavam freqüentemente de um lado para outro da fronteira.

Se essa hipótese não é plausível com relação ao ataque dos ingleses ao Rio da Prata, ela o é pelo temor de que isso viesse a acontecer, como aconteceu, pelo fato de a Inglaterra em guerra com a Espanha haver ocupado a colônia holandesa do Cabo e andar a patrulhar o Atlântico. Outra razão do movimento de tropas na fronteira paraguaia poderia vir da substituição do pessoal das guarnições por novos contingentes convocados ou procedentes dos centros de instrução na capital.

Essas notícias, geralmente trazidas por índios, ressentiam-se da falta de exata apreciação, por parte deles, dos fatos ocorridos, e, também, da preocupação de fomentarem intranqüilidade entre portugueses e castelhanos, para terem ensejo de se verem cortejados e lograrem proveitos de uns e outros.

Acontecia ainda que os governadores paraguaios procediam a inspeções nas guarnições militares do rio Paraguai e, para tais visitas, faziam-se acompanhar de uma esquadilha fluvial. Para recebê-los os comandantes convocavam os milicianos da circunscrição, dando a impressão de algo desusado que impressionava os índios.

Qualquer que fosse o motivo de aprestos militares ou movimentos de tropas ao norte do Paraguai, estas ocorrências refletiam-se nos ânimos da guarnição de Coimbra, como algo de anormal que se estivesse passando na outra banda da fronteira. Na guerra ou na previsão de guerra nem sempre se sabe nitidamente o que está fazendo ou o que pensa fazer o adversário, mas, isto sim, urge conhecer o que ele pode fazer.

Foi, pois, assim pensando que Ricardo Franco, já uma vez surpreendido pelos acontecimentos de 1801, não vacilou em dar o alarma de 1806, fazendo chegar a Cuiabá o pedido de reforços. As autoridades dessa vila,

que, por sua vez se julgavam ameaçadas ante a perspectiva de uma agressão castelhana ao Forte de Coimbra, apressaram-se em mobilizar quantos milicianos e provisões pudessem, para enviá-los em socorro do velho baluarte.

A chegada de tropas e, quiçá, de materiais e provisões a Coimbra e Miranda, ensejou a Ricardo Franco três providências importantes: a primeira, de impulso às construções internas do Forte, que se viam retardadas por falta de meios; a segunda, de exercícios combinados de artilharia e infantaria nas imediações do Forte; a terceira, de melhoria das condições defensivas do Presídio de Miranda. A primeira, como dizia respeito à continuação das obras e não exigiam despesas, senão pessoal, Ricardo Franco mandou atacá-la de pronto. Para a segunda providência convocou o comandante de Miranda, que era artilheiro, para vir instruir o pessoal do Forte e participar dos exercícios. A terceira, porém, referia-se a uma nova construção, de vulto, que reclamava mão-de-obra especializada e recursos fora do comum. Tratava-se de construir ao pé do Presídio de Miranda, para substituí-lo, um forte de alvenaria, capaz de suportar canhoneio e assédio. Ricardo Franco expôs o caso à consideração do capitão-general, propondo-se ele mesmo a ir estudar o assunto *in loco* e projetar nova construção. É o que deixou escrito em ofício de 11-9-806. (Segue-se a transcrição do citado ofício).

Não consegui apurar qual a solução que se teria dado à proposta de Ricardo Franco. A ocasião não oferecia facilidades para obras dessa envergadura. Governava a Capitania a Junta de Sucessão desde novembro de 1805, por morte de João de Albuquerque. Parece, pois, o Presídio permaneceu no antigo local e nas condições em que é representado no desenho de 1º de setembro de 1811 existente do antigo Arquivo Militar, tal como o descreveu Leôncio Ferraz: “Um reduto quadrangular, fechado por uma trincheira socada entre duas estacadas, com banquetas e um fosso que o circunda.”

De tudo quanto se suspeitou nada aconteceu, e, como das outras vezes, os contingentes de reforços, passados os dias de alarma, foram desmobilizados, porquanto a Capitania não dispunha de fundos para custear despesas imprevistas, nem os podia esperar da Corte, que se via a braços com suas próprias dificuldades.

Quando Ricardo Franco deixou o comando do Forte em novembro de 1806, para tomar parte na Junta de Sucessão, já se teriam dissipado as suposições de ataques castelhanos. Se assim não fora ele o teria advertido à Junta de Governo e, se os motivos de alarma subsistissem, por certo o grande soldado não teria arredado pé do Forte. Todavia, entre o tempo em que se deu a

que, por sua vez se julgavam ameaçadas ante a perspectiva de uma agressão castelhana ao Forte de Coimbra, apressaram-se em mobilizar quantos milicianos e provisões pudessem, para enviá-los em socorro do velho baluarte.

A chegada de tropas e, quiçá, de materiais e provisões a Coimbra e Miranda, ensejou a Ricardo Franco três providências importantes: a primeira, de impulso às construções internas do Forte, que se viam retardadas por falta de meios; a segunda, de exercícios combinados de artilharia e infantaria nas imediações do Forte; a terceira, de melhoria das condições defensivas do Presídio de Miranda. A primeira, como dizia respeito à continuação das obras e não exigiam despesas, senão pessoal, Ricardo Franco mandou atacá-la de pronto. Para a segunda providência convocou o comandante de Miranda, que era artilheiro, para vir instruir o pessoal do Forte e participar dos exercícios. A terceira, porém, referia-se a uma nova construção, de vulto, que reclamava mão-de-obra especializada e recursos fora do comum. Tratava-se de construir ao pé do Presídio de Miranda, para substituí-lo, um forte de alvenaria, capaz de suportar canhoneio e assédio. Ricardo Franco expôs o caso à consideração do capitão-general, propondo-se ele mesmo a ir estudar o assunto *in loco* e projetar nova construção. É o que deixou escrito em ofício de 11-9-806. (Segue-se a transcrição do citado ofício).

Não consegui apurar qual a solução que se teria dado à proposta de Ricardo Franco. A ocasião não oferecia facilidades para obras dessa envergadura. Governava a Capitania a Junta de Sucessão desde novembro de 1 805, por morte de João de Albuquerque. Parece, pois, o Presídio permaneceu no antigo local e nas condições em que é representado no desenho de 1º de setembro de 1 811 existente do antigo Arquivo Militar, tal como o descreveu Leôncio Ferraz: “Um reduto quadrangular, fechado por uma trincheira socada entre duas estacadas, com banquetas e um fosso que o circunda.”

De tudo quanto se suspeitou nada aconteceu, e, como das outras vezes, os contingentes de reforços, passados os dias de alarma, foram desmobilizados, porquanto a Capitania não dispunha de fundos para custear despesas imprevistas, nem os podia esperar da Corte, que se via a braços com suas próprias dificuldades.

Quando Ricardo Franco deixou o comando do Forte em novembro de 1 806, para tomar parte na Junta de Sucessão, já se teriam dissipado as suposições de ataques castelhanos. Se assim não fora ele o teria advertido à Junta de Governo e, se os motivos de alarma subsistissem, por certo o grande soldado não teria arredado pé do Forte. Todavia, entre o tempo em que se deu a

vaga na Junta de Sucessão, 30 de agosto, e sua chegada à Vila Bela, 12 de dezembro, passaram-se três meses, o que dá a entender que Ricardo Franco não partiu de Coimbra logo ao receber o aviso, mas ainda lá permaneceu mais de um mês, para alguma providência importante que exigia a sua presença junto ao novo comandante, Sargento-mor Antônio José Rodrigues. Por esse tempo havia, de fato, estado de guerra e aprestos militares nas províncias do vice-reinado, em consequência das hostilidades da esquadra inglesa contra o Rio da Prata. No ano seguinte, o governador paraguaio, Bernardo Velazco seguiu com suas tropas disponíveis para Buenos Aires, a fim de reforçar a defesa daquela cidade contra os ingleses que a atacariam pela segunda vez, e somente de lá regressou em 1 809. A bem dizer, porém, em 1 806 os portugueses não deveriam ter ficado temerosos de qualquer ataque castelhano, pois que era crítica a situação da Espanha na Europa, e, por sua vez, as colônias do Prata, ressentindo-se dos males da metrópole, tinham a atenção voltada para o mar, onde seus navios mercantes se viam ameaçados pelos navios patrulheiros ingleses.

(**Um homem do dever**, 239-245.)

*

5. SINOPSE HISTÓRICA DE ALBUQUERQUE

As tentativas para fundar uma povoação em Albuquerque, em 1 776, nos terrenos da margem direita do rio Paraguai, fronteiras à boca do Miranda, não vingaram, porque as informações de José Pais Falcão e os novos reconhecimentos de João Leme do Prado indicaram local mais apropriado, águas acima, sobre as alterosas barrancas do rio, a jusante do Tamengos. E foi neste local, que Luís de Albuquerque resolveu fundar a povoação.

Os lugares, porém, relativos ao primeiro reconhecimento não ficaram esquecidos. Suas matas e seus campos haviam sido qualificados como os melhores da região. Além disso, o morrete que beirava o rio prestava-se otimamente para defesa. Leme do Prado e os oficiais de Coimbra que estiveram ali em 27 de janeiro de 1 776, recomendaram aqueles sítios para assento de um forte e de um povoado. Cré-se, foi o próprio Leme do Prado quem deu àqueles locais o nome de **Albuquerque**, que ele reservara para o “sítio mais aprazível” que encontrasse nos seus reconhecimentos. Aprazíveis eram aqueles lugares, mas aconteceu que nem povoação nem forte vingou ali, porque outro local mais aprazível foi encontrado depois, rio acima, onde o capitão-general mandou fundar a povoação, cujo nome já estava previsto.

Aqueles primeiros locais, todavia, na suposição de que seriam escolhidos para assento da povoação, já haviam recebido também o nome de Albuquerque, e, como tal, ficaram conhecidos dos poucos que por ali transitavam. Não, porém, em caráter oficial ou no papel, mas simplesmente de boca. Os homens dos primeiros tempos, que freqüentavam Coimbra e a Povoação, quando queriam referir-se àqueles lugares, como não sabiam de outro nome para identificá-los, continuaram a chamá-los de **Albuquerque**. E, para fazerem distinção, denominavam o que ficava mais ao norte **Povoação de Albuquerque**, ou, mais abreviadamente **Povoação**, e aqueles mais ao sul, simplesmente **Albuquerque**.

Nos documentos que consultei, relativos aos primeiros anos da fundação, não encontrei referência alguma a esse respeito, mas, em verdade, nem tudo que ocorreu nesse tempo constou por escrito, e nem tudo que foi escrito chegou até nós. Todavia, de que o nome **Albuquerque** se aplicava também àqueles locais, dá-nos testemunho um ofício de 12 de dezembro de 1791, do comandante da Povoação, José Antônio Pinto de Figueiredo. Por esse documento ele informa ao governador que os guaicurus fizeram uma picada desde o lugar denominado Albuquerque até a Povoação.

Outro ofício elucidativo é de Francisco Rodrigues do Prado, de 22 de junho de 1796, ao governador Caetano Pinto. Nesse documento o signatário descreve minuciosamente aqueles campos e matos fronteiros à foz do Miranda, e recomenda-o para a fundação de uma vila, dizendo explicitamente: “Para defender o rio temos o monte denominado Albuquerque”.

Não se pode duvidar, portanto, que esse nome permaneceu ali desde o começo, antes mesmo da fundação de Corumbá. Já vimos, no entanto, que não se fundou ali a povoação, nem tampouco a vila que propusera, em 1796, Francisco Rodrigues do Prado. Nada obstante, aquele local, mercê de seus ótimos campos e férteis matos, converteu-se em centro de criação bovina e de plantio de roças dos índios ali aldeados.

Após a fundação do Presídio de Miranda, o comandante deste viu-se obrigado a recorrer ao cultivo da terra. Mas como o pessoal era escasso e avesso ao trato das roças, as colheitas ficavam sempre abaixo das necessidades. Foi daí que aquele comandante, e os de Coimbra e da Povoação, tiveram de apelar para a criação bovina, visto que a carne que conseguiam no comércio com os índios era incerta e induzia estes, por vil mercancia, a pilhar as fazendas castelhanas ao sul do Apa. Foi daí, coagido pelas privações, que o comandante do Presídio de Miranda resolveu criar a fazenda Betione, cinco léguas ao Sul do Presídio, para suprir de carne aquela guarnição.

As mesmas dificuldades de alimentação experimentaram os comandantes da Povoação de Albuquerque, antes e depois da fundação do Presídio de Miranda. Tanto assim que, aqueles passaram a praticar o escambo de gado com os índios residentes nos campos mais ao sul, que respondiam também pelo nome de Albuquerque. O governador da Capitania, Caetano Pinto, informado de que tais campos correspondiam vantajosamente às condições de um estabelecimento pastoril, teria autorizado a criação ali de uma fazenda de gado, para abastecimento das duas guarnições do médio-Paraguai.

Ricardo Franco é quem tomara essa iniciativa. Ao assumir ele o comando da fronteira, verificou a necessidade de rações de carne para suprimento da tropa. Reconhecendo, porém, que as enchentes nos arredores de Coimbra eram prejudiciais à criação bovina, entrou em negócios com os guai-curus de Albuquerque, para que fornecessem dali as reses de corte e de leite necessárias ao Forte. A seguir, teria mandado costear ali, por soldados, um lote de gado, dando origem à fazenda de criação. Em sua **Memória sobre a Capitania de Mato Grosso**, terminada a 31 de janeiro de 1 800, dá ele confirmação disso, preconizando o aproveitamento daqueles campos. Realmente essa idéia já havia sido expressa por Francisco Rodrigues do Prado, então comandante de Coimbra, na informação que prestou a Caetano Pinto, em ofício de 22 de junho de 1 796: “Albuquerque é o lugar adequado para aldear índios, pois tem matos para roças e campos para criação”.

Idênticos motivos, com relação à Vila Bela e Vila Maria, já haviam induzido Luís de Albuquerque, no seu tempo, a criar as fazendas de Casalvasco e Caiçara, nas proximidades daquelas povoações.

A falta de provisões de boca, verificada no ataque de 1 801 a Coimbra, teria levado Ricardo Franco, em definitivo, a organizar a fazenda de gado nos campos de Albuquerque. Os viajantes e expedicionários, que palmilharam o Sul de Mato Grosso anos depois, declararam em seus diários que aquela fazenda já existia em Albuquerque em 1 810, sob a guarda de alguns soldados, ao mando de um cabo. A respeito do ano exato em que foi criada a fazenda de Albuquerque, nada encontrei de positivo.

Em 1 819, o Capitão José Craveiro de Sá, comandante do Forte de Coimbra, à vista do retraimento de relações, em que se fechara a nova república do Paraguai, fez referência precisa à fazenda de Albuquerque, quando comunicou ao governador da Capitania que, no caso de rompimento com aquela

A razão que levava o governador a preferir o Guaporé, selvático e distante, à próspera vila de Cuiabá era anterior à sua chegada a Mato Grosso e vinha de mais alto. Constava das “instruções” que recebera da Corte ao embarcar para o Brasil. Essas instruções eram categóricas. Prescreviam que Rolim de Moura devia aproximar-se o mais possível do Guaporé, para, firmando nele o pé, assegurar ligações fluviais, dali, via Madeira-Amazonas, com Belém do Pará e Lisboa. Era uma razão estratégica, ou geopolítica, como se diria hoje. Aconteceu, porém, que, pelo fato de tais razões não virem a público, por serem razões de Estado, e, ainda mais, porque a preferência àquele local exótico ofendia os brios de Cuiabá, o velho cronista desta vila, José Barbosa de Sá, contemporâneo daqueles acontecimentos, satirizou, por despique, a nova capital com este vilipêndio: “um charco, morada de jacarés e capivaras”.

2. Vila Bela, a Capital

Quando ali chegou Francisco Rodrigues do Prado em 1778, Vila Bela era uma simples vila. Contava apenas 26 anos de existência e uns quinhentos habitantes. Ficava na margem direita do Guaporé, 3km abaixo da foz do Alegre na outra margem e da inflexão que o rio faz ali para leste, em seu alto curso. O terreno era baixo e plano, sem a mínima elevação próxima, para o interior, que servisse de observatório. Sofria, portanto, dos efeitos das cheias do rio e da influência das águas pluviais represadas na enorme planície. Não havia pastagens naturais. A terra era imprestável para a agricultura.

A margem oeste era diferente em tudo, porque alta e enxuta, e de outra constituição geológica. Passar o rio para lá, era passar do Purgatório para o Céu, à semelhança de Corumbá, um passo apenas além do Pantanal. Tal como em Corumbá, o rio recostava-se ali, pela outra banda, numa esplanada magnífica de terrenos elevados, matosos, férteis, formada pelas abas da serra vizinha, que se chamaria do **Grão Pará** e, mais tarde, de **Ricardo Franco**. Era nessa margem de oeste que as autoridades e o povo de Vila Bela se viram obrigados a plantar roças e a explorar pedreiras e madeiras de lei, por não haver terras próprias para cultura nem material de construção na margem leste, onde se fundou a capital. É curiosa esta circunstância e presta-se a indagar qual o imperioso motivo que induzira Rolim de Moura, em ali chegando, em 1752, a fundar a capital na margem leste e não naquela. A razão estava nisto: o rio Guaporé separava o domínio das duas metrópoles, assim como uma vala separa os quintais

de dois vizinhos. Aquela margem fértil do outro lado não era território português. Era de outra nação, eis o motivo. Pertencia à coroa espanhola. Assim o estabelecera o tratado de 1750. Assim o vinha de confirmar o recém-tratado de 1777. Em tais condições, não havendo Rolim de Moura querido fundar a capital nas aldeias de garimpo, dez léguas dali, por se acharem recuadas do Guaporé, com que perderia o controle imediato da navegação do rio, resolveu estabelecê-la naquele sítio baixo e úmido, que o cronista cuiabano qualificou de jacarés e capivaras. Talvez, por ficha de consolação e para causar boa impressão ao longe ele batizou a capital com o nome auspicioso de **Vila Bela**. “Alegre” chamavam o seu “pouso” ali os pescadores. Eis tudo. O governador furtou-se à tentação de passar-se para a margem oeste do rio, superiormente indicada para a fundação da capital, em obediência ao tratado de limites. Procedendo de outro modo, expor-se-ia ao desagrado da Corte. Por outro lado, era necessário evitar desinteligências com os seus colegas de Moxos e Chiquitos, e afastar procedimento idêntico deles noutros pontos da fronteira. Outro motivo que lhe influíra, de imediato, teria sido o risco de perder a sua autoridade quando tivesse de reclamar dos castelhanos a evacuação da aldeia de Santa Rosa, fundada uns dez anos antes pelos missionários espanhóis, mais ao norte, na margem direita do rio. Ver-se-á, porém, tempos depois, a este respeito, um caso estranho. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador de Mato Grosso, conquanto ou- sasse avançar noutros pontos além da fronteira, em pleno território castelhano, inclusive ali mesmo, até o Rio Verde, bem como criar uma estação de veraneio em Casalvasco, não considerou prudente transferir a capital para a margem oeste do rio.

3. Que significação tinha o Guaporé para Portugal ?

O Guaporé fora inscrito, desde a foz do Alegre para baixo, no Tratado de 1750, por limite entre as duas metrópoles. A esse tempo, numa e noutra margem, nada havia de português, a não ser a pequena colônia de pescadores, rancheiros do sítio à beira rio, que chamavam Pouso Alegre, 3km a jusante do Alegre. O arranchamento, porém, não estaria na margem leste, onde se fundou mais tarde a capital. Estaria no lado oposto, pelo fato de ser alto e firme o terreno nesse lado. Os ranchos estariam ali, na barranca, à beira do rio, sobranceiros às cheias, em contraposição ao que se dava na margem leste, baixa e inundável como era. Havia ainda outro motivo. No tempo em que ali se arrancharam os pescadores, não havia discriminação de terras. Portanto, quando tiveram de escolher acampamento, claro está, não iriam ao absurdo de arranchar no baixio da margem leste. Por que o teriam de fazer, dispondo ali daquele

ótimo local ? Não foi também sem motivo que lhe puseram o nome de **Pouso Alegre**. Ali sim, cabia acertadamente o nome “alegre”, e não na margem oposta.

Pelo visto, esse porto de pescadores não fora posto ali a título de ocupação, mas simplesmente como mais próprio à saúde e bem-estar de suas famílias, embora houvesse de servir à zona de garimpo, na margem leste, dez léguas dali. Além desta pequena colônia de pescadores, havia outra, mais acima, na Ilha Comprida, com o mesmo destino, formada de famílias escapes de Cuiabá por dívidas com o fisco.

Estes poucos elementos portugueses é que habitavam as margens do Guaporé, sem nenhum fim político ou de domínio, mas puramente para satisfação de sua própria economia. Não assim os espanhóis. Eles tinham a esse tempo o domínio do Guaporé águas abaixo, com o qual se comunicavam, vindos de Moxos e Chiquitos, pelos afuentes Baures e Itonamas e, também, pelo Mamoré. Logo a jusante da foz do Itonamas, os missionários castelhanos haviam estabelecido, em 1742, na margem leste, a aldeia de Santa Rosa, ligada a reduções de índios, por eles catequizados, na Serra dos Parecis. Aconteceu porém, anos depois, que os missionários advertidos de que essa margem do rio, por força do tratado de 1750, passara para os portugueses, retiraram-se de Santa Rosa para a banda ocidental, mas continuaram a plantar roças e a visitar os índios na margem direita, por não os abandonarem de todo.

Ainda assim, não agradou a Rolim de Moura que os missionários espanhóis continuassem a intervir junto aos índios na banda oriental embora para fins de catequese. Intimou-os a ausentar-se dali. E, para fazer valer a sua intimação, e reforçar o domínio português naquele trecho do rio, mandou guarnecer, em 1760, o local em que estivera a aldeia de Santa Rosa. Um fato novo, entretantes, sobreveio um ano depois. Foi ab-rogado em 1761 o tratado de limites e, em consequência, as autoridades espanholas reclamaram de Rolim de Moura a restituição dos locais que antes ocupavam na margem leste do rio, inclusive o de Santa Rosa. O governador mato-grossense alegou não ter instruções do gabinete de Lisboa a esse respeito e, não querendo ceder terreno aos castelhanos, mandou construir uma estacada no sítio em que estivera aquela aldeia, a que denominou Forte de Nossa Senhora da Conceição. E mais ainda. Temendo uma reação da outra banda, põe em prática várias providências defensivas, entre as quais o patrulhamento do rio por uma flotilha de canoas de guerra, organiza um corpo de voluntários sertanistas e uma milícia de pretos.

As coisas estavam neste pé quando, em 1762, chega a notícia da reabertura de hostilidades na Europa entre Portugal e Espanha. O facho da guerra ameaçava atear fogo na América. Rolim de Moura pôs-se em vigilância e em guarda. Pombeiros que envia à margem oeste do rio lhe informam que numerosa tropa descia de Chiquitos para o Guaporé. A seguir, nova informação avverte-o de que essa força chegara à foz do Itonamas, quase em frente ao fortim português, e ali se entricheirara. A situação era crítica. Contudo, o capitão-general não se intimida. Transfere-se às pressas para a zona de operações e concentra todos os seus meios de resistência no Forte da Conceição. E, conquanto inferior em forças, resolve tomar a iniciativa das operações. Parte dali resolutamente e ataca o inimigo do reduto em que o mesmo se entricheirara. As tropas espanholas resistem bravamente, de sorte que Rolim de Moura não pôde levar a melhor. O chefe castelhano, sabendo então que os reforços que pedira estavam prestes a chegar, prepara-se para contra-atacar. Essa retomada de iniciativa por parte dos castelhanos seria altamente danosa para as tropas portuguesas, em razão das muitas baixas que estas haviam sofrido. Todavia, ainda uma vez sorri a sorte para os portugueses. Eis que chega da Europa a notícia da assinatura da paz e a ordem de suspensão das hostilidades. As autoridades castelhanas na América mal se puderam acomodar com a cessação da luta, pois tudo lhes ia bem. O **status quo**, no entanto, lhes viera tirar o ensejo do revide. Passados cinco anos, porém, em 1776-1777, chega aos castelhanos outra feliz oportunidade. Encrespa-se novamente a situação na América. Ceballos, no sul, apodera-se da Ilha de Santa Catarina e da Colônia do Sacramento e, por sua vez, o Coronel Pinedo, governador do Paraguai, ataca e destroça a praça dos Prazeres no Iguatemi. No Guaporé, governando então Mato Grosso o segundo capitão-general João Pedro da Câmara, teve este de colocar-se à frente do Forte da Conceição, porque o Coronel Pestana, governador de Chiquitos, em sintonia com as operações no Prata e no Paraguai, marchava com dois mil homens para expulsar os portugueses do Forte da Conceição. Travam-se ali várias escaramuças, mas, antes de se engajar a fundo, a força espanhola, que se via dizimada pelas febres palustres, recebe ordens de Ceballos de suspender-se as operações e abandonar a região.

Verifica-se daí, nessa emergência, que acontecimentos imprevistos favoreceram os portugueses de tal modo que eles, embora menos numerosos, conseguiram firmar pé, definitivamente, no Guaporé

Luís de Albuquerque, o quarto Capitão-General, homem de grande descortino, chegado a Vila Bela em 1772, tendo em conta o que se passara nos anos anteriores, inscreveu desde logo no seu plano de governo várias

realizações de envergadura e de fôlego, para assegurar o domínio português naquela frente. Antes de tudo, mandou construir no sítio da antiga Santa Rosa, contestado aos espanhóis, um formidável baluarte, o maior jamais erguido em nossas fronteiras, o **Forte do Príncipe da Beira**, iniciado em 1776. Todavia, não saíra ainda do embasamento, quando chegou da Europa o texto do novo tratado de limites, o de 1777, pondo fim às divergências e repondo o Guaporé por limite entre as duas metrópoles. Sem embargo, porém, das garantias e obrigações desse diploma jurídico, Luís de Albuquerque, conhecedor da fragilidade dos convênios diplomáticos, mandou continuar, sem desfalecimento, as obras do forte, embora vedadas pelo tratado, até seu pleno acabamento, em 1783. Outrossim, intercorrente e sucessivamente, levou por diante outras não menos ousadas realizações, julgadas por ele indispensáveis à segurança da Capitania.

4. O Sul da Capitania

Ao tempo da chegada do jovem Francisco Rodrigues do Prado a Vila Bela, a região Sul de Mato Grosso não apresentava dificuldades imediatas. Não pela inexistência de problemas, mas porque, em um enorme espaço vazio, uma nação de índios valorosos e hostis campeava, de fora a fora, senhoreando a região e impondo respeito a distância a castelhanos e portugueses. Os castelhanos, de sua parte, por mais que fizessem, apenas haviam logrado avançar até a margem norte do Ipané, e isso mesmo só em 1773, quase três séculos após a fundação de Assunção. Os portugueses, menos numerosos que aqueles, estavam em Mato Grosso há meio século apenas, e nada haviam podido fazer ao sul da Capitania. Por maior empenho que envidassem e apesar de largo salto empreendido, não conseguiram ultrapassar Coimbra. Separava-os, assim, portugueses e espanhóis, um espaço de mais de 400km. Essa enorme região selvática intermediária, dominada pelos guaicurus, na qual nenhum civilizado firmara o pé, servia de impedimento ao contacto direto entre as metrópoles. Por isso mesmo, nem se podiam dar as mãos nem gerar os casos de fronteira e os atritos de vizinhanças que caracterizavam a fronteira no Guaporé. À força, porém, de insistirem, um para o Norte, outro para o Sul, o vazio foi cedendo e se deixando permear, segundo o eixo natural de penetração, que era o rio Paraguai, até que um dia os dois confrontantes chegaram à fala e aos primeiros contactos. Foi o bastante para que, também nessa frente, começassem as desinteligências. Dissentindo quanto à porção de cada um no vazio existente e não encontrando caminho para acordo, ver-se-á que se inverte de todo, nesse passo, a situação das duas frentes: desce a calma sobre a do Guaporé e passa a encrespar a do rio Paraguai.

5. Outros trechos no Oeste da Capitania

Conquanto alerta, a um tempo no Guaporé e no Sul, Luís de Albuquerque não se julgou seguro noutros pontos, a Oeste. Havia trechos vulneráveis a influências externas, de escasso resguardo para o funcionamento do governo e para as suas ligações com a vila de Cuiabá e as mais fundações do rio Paraguai. A parte em que se localizava a capital, beirando o rio limítrofe, precisava de segurança para a sua própria sobrevivência. Era a sede do governo e, portanto, não se podia achar desguarnecida. Reclamava cobertura à distância, vale dizer, sendo, como era, a cabeça da Capitania, precisava de um capacete de resguardo. Tratou, portanto, Luís de Albuquerque de prevenir os imprevistos, por meio de um dispositivo audacioso. Este dispositivo constituiu no avanço da ocupação portuguesa para além do Jauru e do rio Paraguai, em pleno território castelhano. Para garantir esta ocupação, temerária e flagrantemente contrária à letra dos tratados, mandou fundar a povoação de Albuquerque (Corumbá de hoje), na margem ocidental do Paraguai, e Vila Maria (hoje Cáceres), na margem leste do rio, acima do Jauru, no caminho de Cuiabá, ambas em terrenos altos e férteis. Isso feito, mandou proceder a reconhecimentos nos campos de Casalvasco e os ocupou em 1782, fundando ali uma fazenda de gado e uma estação de veraneio.

Os demarcadores da outra banda não iriam concordar com esta expansão portuguesa para o Oeste à custa do território castelhano. Certo disto, Luís de Albuquerque atinou logo com uma manobra do seu feitio, no sentido de fugir sistematicamente a discussões sobre assunto tão melindroso, que só lhe podia ser desfavorável. Deixou de parte as discussões e entrou pelo terreno do despistamento, a fim de ganhar tempo para reforçar a ocupação e torná-la efetiva. Trabalho perseverante, firme, silencioso e sem dar ouvidos aos protestos dos opositores. De fato, oito anos esperaram, em pura perda, os demarcadores espanhóis em Santa Cruz de la Sierra, pelo encontro e entendimentos com os seus colegas portugueses desta banda. Tantos foram os anos que Luís de Albuquerque levou a entretê-los com escusas e dilações que, afinal, as próprias cortes, sangrando em vultosas e inúteis despesas e reconhecendo a insolvabilidade das demarcações, mandaram desmobilizar as respectivas comissões.

6. Os caminhos para Mato Grosso

Metido na hinterlândia, longe dos portos de mar e dos mercados do litoral, Mato Grosso, no dizer do povo, era o fim do mundo. Não só pelas distâncias, não apenas pela duração da viagem, mas ainda, e sobretudo, pelas dificuldades, perigos e trabalhos a que teriam de arrostar os itinerantes.

a) **O caminho pelo Tietê.** No começo, os bandeirantes e as monções só conheciam o caminho balizado pelas águas. Era o percurso natural oferecido pelos rios vindos de Leste, em São Paulo, prolongado, no Mato Grosso, pelos que convertiam na Serra de Maracaju. As expedições vinham pelo Tietê ao Paraná e ao Pardo até o Anhanduí, afluente deste. Passavam daí para o Aquidauana e o Paraguai e subiam deste ao Cuiabá. Assim procederam entre 1 718 e 1 722. Neste último ano, o itinerário deslocou-se das vertentes superiores do Pardo, pelo varadouro de Camapuã, para o Coxim e o Taquari, no rio Paraguai.

b) **A estrada por Goiás.** A viagem para Cuiabá, pelos rios, era demasiado penosa, tanto no que se refere às vidas quanto aos bens transportados. E muito longa. Para remediar estes males, trataram as autoridades e os interessados, tão logo se abriu Goiás à exploração do ouro, de fazer a viagem mais curta e fácil, e inteiramente por terra. Encontraram prontamente a nova solução no prolongamento da estrada São Paulo-Goiás, até Cuiabá. O percurso encurtou e tornou-se permanente, com a vantagem de as canoas serem substituídas por muares, cujo emprego era geral e muito útil no sertão, nos povoados e minas. Essa estrada foi aberta ao tráfego em 1 736, melhorou dia a dia, em função do próprio tráfego, e se foi ponteando de fazendas e pousos para suprimento de víveres e agasalho às comitivas.

Essa mudança do itinerário fluvial pelo terrestre, útil e vantajosa para o norte da Capitania, trouxe, como era previsto, o abandono do trânsito pelo Aquidauana e por Camapuã e, por isso mesmo, deixou ao desamparo e sem cobertura toda a grande região Sul de Mato Grosso.

c) **Ligações para o alto Guaporé.** Os garimpos no alto Guaporé e, depois, a própria Vila Bela, fundada em 1 752, não tiveram em seus primórdios outra ligação com o litoral, senão por Cuiabá. De onde se vê quão difícil era o intercâmbio do governo da Capitania com São Paulo, Rio e a Corte. Levava três meses a viagem de São Paulo ou Rio a Cuiabá, e mais um mês desta a Vila Bela.

O segundo capitão-general, João Pedro da Câmara, chegado a Vila Bela em 1 765, viajou diretamente de Lisboa à sede da Capitania pelo circuito amazônico, via Madeira-Guaporé. Esse destemido governador, tendo realizado pessoalmente esse percurso fluvial, inaugurou, destarte, o novo itinerário e a nova comunicação da Capitania com o porto do Pará e com o mar. Essa viagem, porém, era penosíssima e não menos demorada que a dos primeiros tempos do Tietê. As delongas e tropeços do novo percurso eram irremovíveis, em

função dos inúmeros saltos do rio Madeira, que compeliavam tripulantes e passageiros, e cargas, ao desvio das canoas por terra, sempre que ocorria um desses obstáculos.

Entre 1776 e 1783 realizou o governo da Capitania um grande esforço no sentido de incrementar o tráfego Belém-Madeira-Guaporé. Tratava-se de transportar por ali, única via possível, os materiais indispensáveis vindos de Portugal, inclusive grossos canhões, para a construção do Forte do Príncipe da Beira. Em 1781 – 82, foi também por ali, fazendo o levantamento dos rios limítrofes, que enveredaram os engenheiros e astrônomos portugueses da Comissão de Limites, chefiados pelo então capitão Ricardo Franco de Almeida Serra.

Novos esforços se fizeram daí até o fim do século para manter e melhorar essa ligação fluvial com Belém do Pará, mas todas as providências esbarravam sempre nos mesmos obstáculos – o trecho encachoeirado do rio Madeira.

Como se vê deste esboço, qualquer das ligações para Mato Grosso, quer a terrestre, por Goiás, quer a fluvial, pelos rios da Amazônia, era de estarrecer. Só se atiravam para Mato Grosso os que o faziam por dever de ofício, por interesse comercial, ou a título de aventura.

(Para além dos bandeirantes, 11 – 21.)

*

7. O TRATO COM OS ÍNDIOS

No **Livro do Registro de Ordens** do Presídio, os índios, particularmente os guaicurus, eram objeto de recomendações especiais, a que se viam estritamente obrigados os comandantes. Tratava-se de uma sábia política de congacamento, ali iniciada nos primórdios do Presídio, de ordem do grande capitão-general Luís de Albuquerque. Prescrevia-lhes essa boa política, guardando-os embora das perfídias dos índios, de enviarem esforços em todos os sentidos para ganhar-lhes a amizade. Aconteceu, porém, que nem sempre pôde a guarnição livrar-se das invectivas e danos desses terríveis silvícolas, e quase de contínuo foi vítima de suas tretas. A diminuição, e depois a ausência de hostilidades, bem como a sábia contemporização dos comandantes, exercidas anos e anos, sem desfalecimento, levaram por fim os índios a aproximar-se pacificamente do Presídio e a oferecer garantias de paz e amizade.

Este apaziguamento já veio Rodrigues do Prado encontrar no Presídio. Dotado de bons sentimentos e de caridade cristã, tratou de melhorar ainda mais e de estender a outras tribos a benevolência que dispensava aos guaicurus. Era fácil de compreender que essa norma de congriação, além do mais, trazia um notável proveito, qual o de alargar o número de cooperadores voluntários para a vigilância da fronteira e a sustentação do domínio português naquela frente.

Ora, pois, no sentido de entrar melhor no conhecimento desses índios, sua índole, costumes, tradições, manhas e sentimentos, passou a assimilar-lhes a língua, o quanto pôde. Coisa bem difícil, porquanto havia peculiaridades no linguajar deles que somente longa convivência e intimidade poderiam tornar conhecidas. Rodrigues, porém, era inteligente e pertinaz. Das palestras travadas com eles, ia anotando palavras, expressões, modismos que usavam no trato com os estranhos. Chegou, assim, a organizar pacientemente um vocabulário guaicuru, do qual fez a seguinte menção, quando mais tarde comandava o Presídio de Miranda:

“Por saber que V. Exa. é visitado repetidas vezes pelos capitães guaicurus, e a falta que há de quem lhe explique bem o seu idioma, deliberei a formar o Dicionário, que com o maior respeito ofereço a V. Exa., o qual irei acrescentando, se minha débil saúde e ocupações permitirem. Não pus os nomes que na pronúncia do homem e mulher diferem em uma ou duas sílabas, porque era preciso outro igual trabalho. Também cuido em ajuntar os nomes que na língua dos guanás têm muito pouca diferença da dos guaicurus, o que mostra que ambas as nações formaram uma só, e ainda mais nos pode dar idéia do modo pelo qual se encontram na América diferentes nações bárbaras”. (Ofício de 9-4-1 798 ao governador Caetano Pinto, no Arq. Histórico de Cuiabá.)

Estes índios, porém, sem embargo da aliança por eles contraída, e do que auferiam dia a dia, nem sempre se conduziam a contento. Era o feitio deles. Não sabiam proceder de outro modo com pessoas estranhas à sua grei. Amigos sim, mas sem perda da liberdade de usarem de artifícios e falsidades, segundo as conveniências de ocasião, ou quando desconfiavam de qualquer diminuição contra eles.

Ora, aconteceu que Rodrigues, ao assumir o comando do Presídio, teve notícias de que dois desertores dali, evadidos rio abaixo, se haviam

encontrado no caminho com um grupo de índios, e acossados por estes, entraram em luta e foram mortos. Recaiu sobre os guaicurus a acusação de haverem agredido e morto os dois soldados. Sabedores da acusação, apareceu no Presídio numeroso bando desses índios, declarando-se inocentes daqueles assassínios. Conquanto subsistissem suspeitas sobre os guaicurus, Rodrigues preferiu temporizar até melhores averiguações, dizendo ao Governador que continuava a tratar os índios com agrado, em obediência às ordens existentes no Presídio. Tinha-os, porém, em guarda e observação, por não saber até onde poderia contar com a sinceridade de suas palavras.

Os chefes guaicurus, de sua parte, em tais conjunturas, andavam alarmados. Não era para menos. Tinham-se por inocentes e temiam perder as boas graças da guarnição do Presídio e padecerem revides. E mais ainda se ressentiam pelo fato de se acharem incompatibilizados com os castelhanos. Perdurando esse estado de espírito dos guaicurus, Rodrigues declarou ao capitão-general que passou a tratá-los com mais largueza, no sentido de perderem o medo e reconquistar-lhes a confiança.

Afinal, tudo se veio a elucidar. Francisco teve conhecimento, por um guaná, que os dois desertores haviam sido mortos, não pelos guaicurus, mas por índios paiaguás, figadais inimigos daqueles e dos portugueses.

Esclarecido o ambiente a respeito desse equívoco, um novo fato veio a inquietar Rodrigues. E com maior gravidade. Lázaro de Ribera, o seu antigo desafeto em Moxos, viera governar a província do Paraguai. Era uma nuvem que se erguia no horizonte. Rodrigues compreendeu que iria passar dificuldades quando esse chefe castelhano soubesse da presença, ali, face a face a ele, do antigo furriel, ora elevado ao oficialato e ao comando daquela fronteira. Não se iludira Rodrigues. O novo governante paraguaio retomou as idéias de Azara, de alargar as fronteiras castelhanas para o Norte. Assim pensando, mandou reforçar as defesas do Apa e fomentar a criação bovina e cavalar entre o Ipané e esse rio. Essa região devia servir de base de aprovisionamento em homens e subsistência para novo lança castelhano para o Norte, pelo menos até o Rio Branco. Se possível até o Mbotetefí.

Aconteceu, porém, que as novas estâncias de gado ao Sul do Apa acenderam de tal modo o faro dos guaicurus, que estes voltaram a fazer incursões naquela região, causando danos pessoais aos vaqueiros castelhanos e arrebanhando gado para seus pastos nesta banda. Criaram-se, assim, graves dificuldades para o Presídio de Coimbra, pelo fato de passar a guarnição deste,

encontrado no caminho com um grupo de índios, e acossados por estes, entraram em luta e foram mortos. Recaiu sobre os guaicurus a acusação de haverem agredido e morto os dois soldados. Sabedores da acusação, apareceu no Presídio numeroso bando desses índios, declarando-se inocentes daqueles assassínios. Conquanto subsistissem suspeitas sobre os guaicurus, Rodrigues preferiu temporizar até melhores averiguações, dizendo ao Governador que continuava a tratar os índios com agrado, em obediência às ordens existentes no Presídio. Tinha-os, porém, em guarda e observação, por não saber até onde poderia contar com a sinceridade de suas palavras.

Os chefes guaicurus, de sua parte, em tais conjunturas, andavam alarmados. Não era para menos. Tinham-se por inocentes e temiam perder as boas graças da guarnição do Presídio e padecerem revides. E mais ainda se ressentiam pelo fato de se acharem incompatibilizados com os castelhanos. Perdurando esse estado de espírito dos guaicurus, Rodrigues declarou ao capitão-general que passou a tratá-los com mais largueza, no sentido de perderem o medo e reconquistar-lhes a confiança.

Afinal, tudo se veio a elucidar. Francisco teve conhecimento, por um guaná, que os dois desertores haviam sido mortos, não pelos guaicurus, mas por índios paiaguás, figadais inimigos daqueles e dos portugueses.

Esclarecido o ambiente a respeito desse equívoco, um novo fato veio a inquietar Rodrigues. E com maior gravidade. Lázaro de Ribera, o seu antigo desafeto em Moxos, viera governar a província do Paraguai. Era uma nuvem que se erguia no horizonte. Rodrigues compreendeu que iria passar dificuldades quando esse chefe castelhano soubesse da presença, ali, face a face a ele, do antigo furriel, ora elevado ao oficialato e ao comando daquela fronteira. Não se iludira Rodrigues. O novo governante paraguaio retomou as idéias de Azara, de alargar as fronteiras castelhanas para o Norte. Assim pensando, mandou reforçar as defesas do Apa e fomentar a criação bovina e cavalar entre o Ipané e esse rio. Essa região devia servir de base de aprovisionamento em homens e subsistência para novo lança castelhano para o Norte, pelo menos até o Rio Branco. Se possível até o Mbotetefí.

Aconteceu, porém, que as novas estâncias de gado ao Sul do Apa acenderam de tal modo o faro dos guaicurus, que estes voltaram a fazer incursões naquela região, causando danos pessoais aos vaqueiros castelhanos e arrebanhando gado para seus pastos nesta banda. Criaram-se, assim, graves dificuldades para o Presídio de Coimbra, pelo fato de passar a guarnição deste,

no pensamento dos castelhanos, por instigadora dos índios. Lázaro de Ribera, depois de várias providências em repressão aos índios, reconheceu mais conveniente usar com eles, como fizera antes com os paiaguás, de uma política de agrado, atraindo-os para o território paraguaio e dando-lhes garantias de poderem criar livremente os seus solípedes e bovinos.

Ora, se o governante paraguaio conseguisse mudar o sentir dos índios, afeiçoando-os aos de lá, em detrimento dos portugueses, causaria grave desajustamento na engrenagem de ocupação portuguesa no Sul de Mato Grosso. Se tal viesse a acontecer, estaria Lázaro de Ribera deslocando os guaicurus para o seu lado e, em função dessa manobra, neutralizaria a influência portuguesa naquela promissora região e assumiria sobre ela o seu ascendente político.

Rodrigues deu um giro nas suas idéias. Passados porém os momentos de apreensão, voltou a tranquilizar-se. Conhecia bem os guaicurus. Tinha a certeza de que os castelhanos não poderiam competir com os portugueses em meios e maneiras de tratar com esses índios. Além disso, os guaicurus dominavam sozinhos uma vasta região de campos, gozavam ali de ampla liberdade de mudar de acampamento, conforme as estações do ano. Suas andanças visavam à renovação de pastos para seus eqüinos e busca de produtos naturais — caça, pesca e frutos silvestres — para alimentação, sem, todavia, se afastarem em demasia de suas aldeias na serra de Bodoquena, onde estacionavam nos meses de inundações.

Estes índios espertos requêstavam de fato os castelhanos, quando atraídos por eles, mas procediam como peixes ariscos, rondando o anzol, com o sentido de arrancar-lhes a isca e darem o fora. Os atrativos castelhanos, no entanto, não tinham o sabor e a freqüência que lhes propiciavam os portugueses. Eram esporádicos e entremeados de exigências como de padrões enfezados. Os comandantes portugueses, ao contrário, consoante as recomendações dos capitães-generais, tratavam os índios como amigos e vassalos de S. Majestade. Aos guaicurus sorria-lhes, à altivez e à prosápia, virem-se tratados com distinção e assentarem os seus caciques à mesa dos comandantes.

A experiência de Rodrigues dava-lhe, pois, a certeza de que os chefes castelhanos não punham em mãos dos seus comandantes de fronteira, acentuadamente autoritários, os recursos de que, para tais fins, dispunham os comandantes portugueses. Por outro lado, os comandantes castelhanos não possuíam mentalidade nem senso psicológico indispensáveis para tratar com estes índios astutos e altaneiros.

Na verdade, o soldado de fileira, de ordinário, não é apto para cortejar relapsos e espertalhões. É homem de guerra, detentor da força e do poder para dobrar vontades rebeldes. É imperioso por natureza, nem sempre a compreender as vantagens de cambiar, segundo as conveniências, a política do barão e do cutelo pela mão estendida. Era um fato. Não cabiam na cachola das autoridades militares paraguaias essas reservas de moderação para conquistar a confiança dos guaicurus. Em realidade, tais índios eram exigentes e insatisfeitos. Pudera, não ! Consideravam-se de linhagem nobre e senhores daquela região. As mais tribos lhes prestavam vassalagem. Por que então os invasores brancos, que já os encontraram ali, nos seus pagos, não haveriam de reconhecer-lhes o primado, ou, pelo menos, iguais direitos à usança e gozo daquelas terras ? Por conseguinte, raciocinavam, e raciocinavam certo: Se delas queriam participar os invasores, por que não lhes darem a eles, guaicurus, que delas seriam senhores, o trato e as vantagens correlatas ? Os portugueses lhes haviam reconhecido essas prerrogativas, e por isso lhes deram preferência e com eles concertaram amizade e aliança, tendo em conta que um pacto desse gênero só se contrai entre partes soberanas. Embora os guaicurus se arrufassem, por vezes, com os comandantes portugueses, voltavam sempre às boas, certos de que menos bem com os portugueses, pior com os castelhanos.

De todos os chefes militares no sul de Mato Grosso, nenhum gozou de maior prestígio e aceitação entre os índios do que Rodrigues do Prado. Não apenas de parte dos guaicurus, mas também dos guanás. Desse ascendente sobre os guaicurus, soube Rodrigues do Prado tirar vantajoso partido para dobrar-lhes em muito a altivez e a ferocidade, e ainda mais, para irmaná-los, o quanto possível, com os guanás e mais índios afins, que eles tinham por vassalos. Destarte, chegou Rodrigues do Prado a evitar que muitos silvícolas se passassem para as terras castelhanas e, até mesmo, a persuadi-los de aldearem-se, inclusive guaicurus, nas matas e campos de Albuquerque e Miranda. Foi durante os primeiros anos em Coimbra que passou a aprender a língua e a conhecer a mentalidade dos guaicurus. Tratando com velhos e moços de ambos os sexos, com curumins e adultos de tribos afins, e até com um sacerdote castelhano, o padre Pedro Domingos Perico, que fizera vida comum com os índios, no Paraguai, conseguiu Rodrigues reunir vasto cabedal de conhecimentos a respeito dos guaicurus. Servindo desses elementos e mais informações obtidas noutras fontes, passou a escrever uma monografia, tão completa quanto possível, a que chamou **História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru**.

Não consegui saber qual o destino que Rodrigues do Prado deu ao original desse trabalho. Nem original nem cópia encontrei no Arquivo Histórico de Cuiabá. Não poucas cópias, porém, se teriam feito. Uma delas foi ter à redação do jornal **O Patriota**, no Rio, que a publicou em seus números de julho e agosto de 1814. Foi deste periódico que Roberto Southey se utilizou para inserir interessante relato no VI volume (deve ser III) de sua **História do Brasil**, versão inglesa, publicada em Londres em 1819.

(Para além dos bandeirantes, 101 – 106.)

8. ORIGENS DAS COLÔNIAS MILITARES

Seu nascimento

Para ter-se uma idéia das então chamadas **colônias militares**, convém dizer algo de suas origens e dos destinos e missões que lhes deram.

É útil recordar que todos os países cogitaram de povoar o seu território de elementos nativos, para que, destarte, seus habitantes estivessem penetrados do sentimento de Pátria, do apego ao solo e às suas tradições. Se essa verdade é de rigor para todas as partes do território, mais verdade ainda para o litoral e as fronteiras, porque estes é que jazem em contacto com o mundo exterior. É de rigor, pois, que se resguardem bem os costados do território, porquanto é por eles que se infiltram as influências, os germes de desagregação e os atentados contra a integridade nacional. O litoral goza da vantagem de fácil circulação, vigilância e defesa, por meio de navios-patrolha, bastando que estes encontrem apoio em portos bem defendidos.

Assim, porém, não acontece com as fronteiras terrestres, mormente quando indemarcadas, embora povoadas, mas privadas de transportes. Ou quando essas fronteiras sejam comuns com as de nações de espírito belicoso, expansionistas ou inconformadas com os próprios limites.

Para resguardo, pois, de suas fronteiras, todas as nações antigas serviam-se, umas mais, outras menos, conforme as exigências de segurança, de postos de guarda, para proteção do seu território. Todavia, não bastava para isso um dispositivo puramente militar, porque tais postos teriam de viver muitas vezes de recursos locais, onde precários e incertos eram os meios de subsistência. E, ainda mais, porque esses pontos careciam do elemento humano para reforço em caso de necessidade e de conscritos para novos períodos de alistamento. Foi

daí que se tornou mister associar àqueles pontos ou guardas territoriais elementos civis, nacionais, de procedência militar, para trabalhos agrícolas e a exploração de produtos naturais. Organizaram-se então, já naqueles velhos tempos, o que chamaram **colônias militares**. Assim procederam os romanos na fronteira do Reno face às nações bárbaras do norte. As terras, elas as repartiam em glebas e as distribuíam aos soldados ao completarem o tempo de serviço, sob a dupla condição de ali se estabelecerem com suas famílias e de levarem seus filhos, na idade de conscritos, à juntas de alistamento militar. Estes, por seu lado, depois de cumprido o serviço das armas, deviam voltar ao teto paterno ou receber as glebas que lhes coubessem. Valdivia, na conquista do Chile, serviu-se também desse gênero de ocupação e defesa do solo, a que chamou explicitamente de **Colônias Militares**. Com elas é que se pôde cuidar da cultura do solo e garantir-se contra os formidáveis araucanos, que se mostravam irredutíveis na defesa de seus pagos.

No Brasil-Colônia, a expansão territorial foi balizada, semelhantemente, ao N, ao O e ao S, por destacamentos militares, em torno dos quais se fizeram ensaios de povoamento. Mercê desses postos de guarda, tornou-se possível gizar, em 1 750, por aqueles extremos, o contorno territorial brasileiro. Para assegurar o **uti possidetis**, muito se esforçou a coroa portuguesa em ocupar e defender aqueles longínquos sítios, de modo a formar uma rede de segurança favorável ao povoamento do país.

Esse afã em proteger e povoar as fronteiras mostra-o, por cores galhardas e sombrias, a história da Colônia do Sacramento, dos fortes de Santa Teresa e São Miguel, da Vila de São Pedro, da Praça de N. S. dos Prazeres do Iguatemi, de Coimbra, Fecho-dos-Morros, Casalvasco, Corixa Grande, Príncipe da Beira, Tabatinga, São José de Marabitanas (Cucuí), São Joaquim etc. Verdade é que, a não ser a Colônia do Sacramento, que, aliás, quase nada fez no gênero, por disso lho inibir de contínuo a vizinhança hostil dos castelhanos de Buenos Aires, os mais fortes e fortins nada tiveram de colônia, embora houvessem realizado um papel relevante na ocupação e defesa de nossas fronteiras. E, por nada haverem podido concorrer para colonizar as suas áreas de ocupação, é que, uma vez extintos, não deixaram vestígios de povoamento.

O governo imperial, ainda no começo do II Reinado, quis voltar, e precisou voltar, à guarda e proteção de nossas fronteiras. Recorreu então à experiência deixada pelos velhos baluartes ali outrora estabelecidos. Tratou, porém, de corrigir a insuficiência deles, no que diz respeito a povoaa-

mento, dando-lhes uma função colonizadora, condizente com a humanização das regiões por eles ocupadas. A esses novos postos de guarda, sem falar de outros similares, de fins policiais e punitivos, denominados **presídios militares**, deu-lhes o governo o nome de colônias militares.

O primeiro ato do governo brasileiro a esse respeito, veio no bojo da Lei nº 555, de 15 de junho de 1 850, que era a Lei Orçamentária do Império para o exercício de 1 850/1 851. O artigo 15 dessa lei de meios, no item 5, conferiu autorização ao Gabinete Imperial para “estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização.”

Essa é a origem de nossas colônias militares. A função delas foi assim definida pela regulamentação baixada pelo gabinete: proteção e assistência aos colonos que nelas se estabelecessem; policiamento de regiões que serviam de refúgio a vagabundos e criminosos; promoção à cultura do solo e à exploração dos produtos naturais; proteção, assistência e catequese aos silvícolas.

Evolução das colônias militares

De início, essas colônias foram localizadas no sertão interior. Nenhuma foi levada para os confins do Império, para a guarda e povoamento das fronteiras. Nenhum destino nitidamente militar lhes dera o governo. Empréstara-lhes o nome “militar” simplesmente por isto: havia nelas, para protegê-las um contingente do Exército, sob o comando de um oficial subalterno, que era também o diretor da colônia. Não lhes cabia, pois, o pomposo nome de “Colônias Militares”. Estes núcleos, porém, **sine qua non**, eram constituídos dos únicos elementos a quem o governo podia obrigar (porque jungidos pela farda) a permanecer em setores inóspitos, desabitados, sem atrativos econômicos, longe de centros urbanos.

Eis o que diz a respeito o “Relatório” de 1 858 do Secretário de Estado da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho: “O de que se trata é de estabelecer núcleos de povoações em lugares remotos, centrais, despovoados, onde a princípio só podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar.”

Outra característica civil havia ainda naquelas colônias militares. Foram organizadas pelo Ministério do Império, que correspondia ao nosso Ministério do Interior. Estavam sujeitas, naqueles velhos tempos, ao “Serviço

mento, dando-lhes uma função colonizadora, condizente com a humanização das regiões por eles ocupadas. A esses novos postos de guarda, sem falar de outros similares, de fins policiais e punitivos, denominados **presídios militares**, deu-lhes o governo o nome de colônias militares.

O primeiro ato do governo brasileiro a esse respeito, veio no bojo da Lei nº 555, de 15 de junho de 1 850, que era a Lei Orçamentária do Império para o exercício de 1 850/1 851. O artigo 15 dessa lei de meios, no item 5, conferiu autorização ao Gabinete Imperial para “estabelecer, onde convier, presídios e colônias militares, dando-lhes a mais adequada organização.”

Essa é a origem de nossas colônias militares. A função delas foi assim definida pela regulamentação baixada pelo gabinete: proteção e assistência aos colonos que nelas se estabelecessem; policiamento de regiões que serviam de refúgio a vagabundos e criminosos; promoção à cultura do solo e à exploração dos produtos naturais; proteção, assistência e catequese aos silvícolas.

Evolução das colônias militares

De início, essas colônias foram localizadas no sertão interior. Nenhuma foi levada para os confins do Império, para a guarda e povoamento das fronteiras. Nenhum destino nitidamente militar lhes dera o governo. Empréstara-lhes o nome “militar” simplesmente por isto: havia nelas, para protegê-las um contingente do Exército, sob o comando de um oficial subalterno, que era também o diretor da colônia. Não lhes cabia, pois, o pomposo nome de “Colônias Militares”. Estes núcleos, porém, **sine qua non**, eram constituídos dos únicos elementos a quem o governo podia obrigar (porque jungidos pela farda) a permanecer em setores inóspitos, desabitados, sem atrativos econômicos, longe de centros urbanos.

Eis o que diz a respeito o “Relatório” de 1 858 do Secretário de Estado da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho: “O de que se trata é de estabelecer núcleos de povoações em lugares remotos, centrais, despovoados, onde a princípio só podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar.”

Outra característica civil havia ainda naquelas colônias militares. Foram organizadas pelo Ministério do Império, que correspondia ao nosso Ministério do Interior. Estavam sujeitas, naqueles velhos tempos, ao “Serviço

de Terras e Colonização”, desse Ministério. Em 1 860, com a lei de reorganização dos ministérios, foi criado então o Ministério da Agricultura. E eis aqui, mais uma vez, como se manifesta o caráter civil das primitivas colônias militares: passaram elas do Ministério do Império para o novo Ministério da Agricultura, e continuaram a depender do Serviço de Terras e Colonização, que por sua vez passou para esse novo Ministério. O Ministério da Guerra, num e noutro caso, fornecia os contingentes para essas colônias e obrigava-se pelo equipamento militar, o soldo e o fardamento. Nada tinha, porém, com a escolha dos locais e com a direção das colônias.

A primeira colônia desse gênero foi criada para o interior do Pará em 1 849, já na previsão da Lei nº 555 do ano seguinte. Vieram a seguir: em 1 850, uma para Pernambuco, outra para Alagoas; uma para o rio Araguaia, em Goiás, em 1 851; para Urucu, Minas, em 1 854; outra para Óbidos, no Pará; uma para o rio Brilhante e outra para Nioaque, em Mato Grosso, em 1 855.

Passam as colônias militares para o Ministério da Guerra

Somente a partir deste último ano, em conseqüência do agravamento de nossa questão de limites com o Paraguai, acertou o Gabinete Imperial com o verdadeiro sentido, o verdadeiro destino, cabível às colônias militares. Vale dizer: núcleos de força, com função rigorosamente militar, para vigilância e cobertura de nossas fronteiras, longínquas e despovoadas. Enfim, passavam a depender militarmente das autoridades militares. Isso, contudo, sem nada lhes tirar de seu caráter agrodemográfico, porque esta componente de ordem social e colonizadora é que propiciaria algum atrativo à vida amarga e dura que levavam os militares naqueles fins-de-mundo.

A primeira colônia deste novo tipo, com destino certo, condizente com o nome, foi a dos Dourados. Foi criada por Decreto nº 1 754, de 26 de abril de 1 856. Seu funcionamento ficou discriminado pelas “Instruções” assinadas na mesma data pelo Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro do Império. Criaram-se, a seguir, mais duas colônias militares, respectivamente para os rios Chopim e Chapecó, no SO da Província do Paraná, e uma terceira para as cabeceiras do rio Miranda, entre Nioaque e Dourados, na Província de Mato Grosso.

(...) Não se pense que, pelo fato de haverem passado as colônias militares para a influência direta do Ministério da Guerra, e, em parte, para a do Ministério dos Estrangeiros, saíram elas do regime de penúria para o de

“vacas gordas”. As condições de interesse e de lucro que podiam justificar a presença de colonos eram ali de todo inexistentes. Qualquer boa disposição de trabalho mermava por falta de estímulo. Os poucos soldados, por serem poucos mesmo, com soldos e fardamento freqüentemente em atraso, e sem a vibração e o adestramento costumeiro das unidades de onde provinham, se abastardavam e perdiam o espírito militar. Para cúmulo de degradação, o caráter agrícola das colônias militares, por seu feitio civil, voltado para o cultivo do solo, tirava o espírito dos soldados. De fato, estes, em retornando às suas unidades, não mais se acomodavam às lidas da caserna. Foi daí que o Ministério resolveu que os contingentes das colônias militares fossem constituídos de elementos licenciados do serviço ativo, para que, em querendo, pudessem servir a título de empregados naquelas colônias. Este seria o material humano que comporia os contingentes das colônias militares. Pensava-se, destarte, acomodar o soldado aos misteres agrícolas, no sentido de dar-lhe duplo feitio, de soldado e de colono, de bem difícil acomodação, senão mesmo inconciliáveis.

(...) Conquanto não houvessem dado os resultados preconizados, nem como colônias, nem como postos de vigilância na fronteira, o Governo Imperial, terminada a guerra (com o Paraguai), voltou a insistir na manutenção delas e na criação de novas, umas realmente para as fronteiras, outras para o interior. Foi assim que se fundaram depois da guerra as colônias militares de Foz do Iguaçu, Chapecó, Chopim e Alto-Uruguai, todas na fronteira com a Argentina. Mesmo neste caso, porém, o fator predominante foi o de ocupação e colonização daquelas fronteiras. Estas quatro colônias, menos a de Chopim, que ficou ilhada no sertão, conseguiram corrigir muitos senões e deficiências das antigas colônias e tornaram-se úteis àquelas regiões fronteiriças. A de Chapecó, que bastante prosperou, serviu de proteção ao caminho de tropas de mulas que, do Rio Grande, cruzavam em grande número o rio Uruguai no passo de Goiém, com destino a São Paulo. O governo da República, porém, havendo solvido favoravelmente seu litígio de fronteira com a Argentina, relaxou a partir daí o cuidado com aquelas colônias militares (e com as outras mais), de modo que umas e outras decaíram a tal ponto que o governo resolveu dar autonomia à de Foz do Iguaçu, ligada a Ponta Grossa por estrada de rodagem, e transferir a do Alto-Uruguai, que também se ligara a Cruz Alta por uma via carroçável, para o serviço de colonização do governo rio-grandense.

Tentativas de ressurgimento e novas experiências

Mais tarde, após a revolução de 1930, cogitou o governo do Presidente Vargas de fomentar a colonização das fronteiras nos recém-criados Territórios Federais, mediante a fundação de colônias militares. Seriam, porém, organizadas sob novos moldes, com a experiência e as lições deixadas pelas antigas colônias desse tipo. Depois do estudo pormenorizado deste assunto pelos vários órgãos interessados, foi ele submetido ao Conselho de Segurança Nacional, cuja Secretaria-Geral, fundando-se no histórico das antigas colônias e nos pareceres apresentados, chegou a concluir em definitivo: “Apesar de excelente regulamentação (Regulamento aprovado em 12-11-1902 para o ressurgimento das colônias militares de fronteira), continuaram as colônias militares em franca decadência e delas hoje só resta a memória. Após essa longa experiência que a Nação fez por intermédio do Exército e à custa de inúmeros sacrifícios, seria imprudente repeti-la em moldes idênticos. À falência das colônias militares seguiu-se um período de descrédito de cerca de trinta anos, que talvez ainda concorra para aumentar singularmente as dificuldades de seu ressurgimento. Se o esforço despendido pelo Exército, em cerca de setenta anos, é mais que suficiente para provar o empenho que dedicou ao assunto, resta-nos concluir que o defeito é oriundo do próprio sistema.

Não obstante esse “basta” ao ressurgimento das colônias militares, ainda houve uma tentativa sedutora, como apelo a uma nova experiência, para esse velho tipo de vigilância e guarda a nossas longínquas e despolicadas fronteiras. Veio de novo à baila a lembrança de que no regime colonial os portugueses mantiveram a posse da terra, em pontos vulneráveis das fronteiras e do litoral, por meio de fortes e de guardas, ali postados. Em torno desses núcleos de força e sob a sua proteção, se agrupavam elementos civis, vivendo à sopa dessas guarnições, prestando-lhes serviços e explorando os produtos naturais da região, pelo menos a pesca e a caça. Esses postos de guarda, bem ou mal, com ou sem grandes sacrifícios, mesmo com os retardos e deficiências de abastecimento e de soldo, apesar de tudo, esses núcleos de defesa conseguiram manter-se quer no litoral, desde o começo, quer nos extremos do território, sempre que se fazia mister avançar ou firmar a ocupação do território. Viviam sob a maior penúria e sob incriveis dificuldades, mas ali se mantiveram e asseguraram destarte a posse de nosso território. Sem falar no litoral, cuja luta foi constante contra os perigos vindos do mar, desejo lembrar que coube aos nossos guardas de fronteira, no Forte de São Joaquim, em Cucuí,

Tabatinga, Príncipe da Beira, Casalvasco, Corixa, Corumbá, Coimbra, Miranda, Rio Pardo, Santa Tecla e Chuí o eficiente resguardo, naqueles tempos difíceis dos confins de nosso território. Pareceu, pois, que seriam ainda as colônias militares o meio adequado a ocupar certos pontos longínquos de nossa fronteira onde predominava a influência alienígena, onde campeava o contrabando de minerais preciosos da região; de onde os nossos silvícolas e os poucos habitantes da região eram atraídos ao trabalho e ao convívio das áreas lindeiras, mais prósperas, de países vizinhos, providas de melhores recursos de vida e de comércio. Essa nova oportunidade, aberta ao ressurgimento de colônias militares, veio no bojo da Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955, facultando ao CSN propô-las onde conviesse. A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras (CEFF), órgão do Conselho, para estes assuntos, foi chamada a opinar a tal respeito. Do estudo a que procedeu, verificou que na falta de outro meio de povoar e colonizar trechos da fronteira desabitados e expostos à desnacionalização, sítios esses que, de momento, nada podiam oferecer de interesse à iniciativa privada, neste caso se justificava, em caráter excepcional, a adoção desse recurso extremo, mais de uma vez discutido e posto de lado.

Todavia, tal exceção se destinava, com exclusividade, às fronteiras da Amazônia, porquanto lá o soldado, e somente ele, como nos antigos tempos, poderia fazer finca-pé e montar guarda.

A referida Lei nº 2.597, em seu artigo 5º, facultava ao governo “a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário” e, bem assim, de estabelecer “por proposta do CSN e nos locais por ele indicados, colônias militares com o mesmo fim”. Aí estão dois gêneros de atividade necessários à ocupação efetiva do território. A distinção entre eles é a mesma que prevaleceu no Império. As colônias agrícolas e núcleos rurais iriam para regiões interiores, ou mesmo para fronteiras, que não importassem motivos de segurança nacional. As colônias militares, porém, destinar-se-iam às fronteiras longínquas e despolicidadas, ou de incipiente povoamento, mas de vital importância para a segurança nacional. Lá onde a economia da região não oferece, a breve prazo, meios de transporte nem vantajoso chamamento. Estas colônias militares, porém, só encontram justificativa onde as colônias civis ou núcleos rurais não tiveram condições de adaptação. Aquelas, por seu caráter supletivo, cederiam lugar a

estas, tão logo as condições mesológicas e econômicas o aconselhem. Ademais, umas e outras dar-se-ão por findas quando chegar a vez de emancipá-las, transformando-as em municípios.

(**A epopéia de Antônio João**, 69-81.)

*

9. "SEI QUE MORRO"

Nenhum cronista, nenhum historiador se deu ao luxo de levantar uma dúvida sobre a veracidade da frase **Sei que morro**, atribuída a Antônio João. Tampouco, nenhum dos que a citaram e a exaltaram fez menção da fonte que a deu por autêntica. Repetem-na uns e outros, sem indagar de sua veracidade. Nenhum há que formulasse uma interrogação sobre a existência do famoso bilhete que a teria veiculado. Nenhum inquiriu do documento ou do testemunho que deu fé àquela e a este. Não vejo, pois, motivo de considerar ociosa uma indagação a esse respeito. Quem trouxe a lume a célebre frase ?

E aqui vai a resposta. A primeira publicação em que ela apareceu foi o livro **Histórias Brasileiras**, editado no Rio, em 1 874, de autoria de Sylvio Dinarte, pseudônimo do Visconde de Taunay. É um livro de crônicas sobre episódios da guerra de 1 864-70, passados no Sul de Mato Grosso. O autor narra os fatos e trata dos personagens, colorindo-os com tonalidades de ficção e de novela. Afonso de Taunay, filho do Visconde, que reeditou as produções literárias e históricas do pai, não deu reedição a **Histórias Brasileiras**. Talvez as julgasse de menor interesse público. Daí a pequena divulgação dos assuntos nelas contidos. Além disso, o episódio da Colônia de Dourados, ali narrado, e no qual teve nascedouro a frase **Sei que morro**, não desperta a atenção dos que consultam ou folheiam o livro. Não há para esse episódio um título indicativo, nem subtítulo. Nem tampouco está no índice. Ficou inserto, como digressão, no capítulo **Kameran a Kinikinao**, que trata do drama de uma velha índia. Foi nessas condições, solto no correr desse capítulo, página 119 do livro, que o Visconde narrou incidentalmente, de forma romanceada, o feito de Antônio João nos Dourados. Não resta dúvida, tivera ele conhecimento do que ali acontecera. Escaparam-se-lhe, porém, da memória, ou não chegara a saber das minúcias e circunstâncias dos fatos, nem guardara os termos exatos do diálogo havido ao ensejo da intimação. Que faria um escritor do talento literário de Taunay ? Foi

o que ele fez. Deixou-se levar pelo que havia de épico e patriótico na atitude destemerosa de Antônio João. Deu largas à sua fértil imaginação de escritor e a seu ardor vibrátil de soldado. E eis o que lhe saiu da pena: “Avisado dois dias antes, que para Dourados marchava uma força imponente, não quis (Antônio João) desamparar o posto. Reuniu a gente da colônia e fez-lhe uma fala em que citou francês e até latim. O homem tinha pretensões literárias que aflagava com certo orgulho e se revelavam nos ofícios mensais que costumava dirigir ao chefe militar de Nioaque. Nessa fala ele expôs as circunstâncias em que se achava a colônia e a loucura da resistência. Ele ficaria. Para quê? perguntaram uns soldados. Para morrer. Onze de seus companheiros declararam que ficariam também. Todos os mais partiram: mulheres, crianças, velhos e até moços.”

Taunay passa então a descrever o ataque, tudo mais ou menos fantasiado: “Um parlamentar se aproximou... Antônio João prezava-se de civilizado. Recebeu, pois, com a maior cortesia o enviado. A intimação era curta: meia dúzia de palavras insolentes, como costumavam alinhar os generais de Lopez. O comandante de Dourados rasgou em pedaços o ofício que preparara com tanto cuidado e carinho e, a lápis, traçou esta resposta: **Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria.** Retirou-se o parlamentar e a força inimiga em distância cercou todo o campo... Na guarnição não houve alma que fraqueasse.” (**Histórias Brasileiras**, pág. 121).

Essa a descrição imaginosa de Taunay. Essa a frase por ele maravilhosamente concebida para traduzir o que se passara no espírito de Antônio João, face às conseqüências daquela insolente intimação. Essa a tradução, segundo Taunay, do que se teria passado em termos de dignidade, de honra e dever militar na alma do intrépido soldado.

Pense agora o leitor se Taunay, ao imaginar aquela frase, não se teria inspirado na legenda que o poeta grego Simônedes compôs para o monumento de Leônidas e seus companheiros, nas Termópilas: “Viandante, vai dizer à Esparta que nós aqui morremos para cumprir as suas leis !”

A frase **Sei que morro**, divulgada por Taunay, traz o verbo servir no singular — **servirá**. Alguns autores, que a tomaram diretamente do Visconde, ou de outros autores, foram levados a corrigi-la, passando o verbo para o plural — **servirão**. Assim o fizeram, tendo-o talvez por claudicação do copista, ou dos revisores, ou do compositor. Outros a emendaram simplesmente pelo prurido de emendadores. Contudo, a maior parte dos publicistas a reproduziram

na forma original aparecida no livro de Taunay. Esta forma teve geral aceitação, ganhou relevo e veio a ser consagrada no monumento da Praia Vermelha. Tornou-se a forma típica, irreversível, sem dar contas à semântica.

(**A epopéia de Antônio João**, 388 – 391.)

*

10. VALOR HISTÓRICO DO FORTE DE COIMBRA

O nosso velho Forte de Coimbra lá está, de atalaia, recostado à margem oeste do Rio Paraguai, 200 anos faz. Saibam, pois, os que ainda não sabem, e recordem aqueles que já o conhecem, saibam, e recordem todos, quanto valeu e quanto vale ainda para o Brasil esse velho forte. Convém, porém, se apure o seu imenso valor, pesando e medindo e computando os feitos memoráveis de sua história, duas vezes secular. É, pois, de alta razão patriótica trazer à luz da publicidade os inúmeros títulos de desvanecimento e de glória que o nosso Forte de Coimbra conquistou para a nossa Pátria, e para a nossa gente, a fim de que se lhe faça, neste seu jubileu bicentenário, um ano inteiro de comemorações.

De todos os antigos fortes fronteiriços, que assinalaram e asseguraram a expansão do Brasil para o norte e para o oeste — o São Joaquim, no alto Rio Branco, Território de Roraima; o Cucuí, no alto Rio Negro e o Tabatinga, no Solimões, ambos no Estado do Amazonas; e o Príncipe da Beira, no Guaporé, Território de Rondônia — de todos eles, somente o Forte de Coimbra, na barranca oeste do Rio Paraguai, ao sul de Mato Grosso, somente ele desempenhou papel ativo em operações de guerras, somente ele defrontou-se e lutou, valentemente, e por duas vezes, contra forças poderosas, muitas vezes superiores a seu potencial bélico. Aqueloutros fortes, inclusive o mais requintado em acabamento e o mais poderosamente armado, que foi o Príncipe da Beira, nenhum deles, jamais, se empenhou em combate, nem disparou um só tiro em sua defesa, porque nunca tiveram forças inimigas pela frente. Ao passo que o Forte de Coimbra bateu-se em cruentas lutas contra inimigos rancorosos, que porfiavam, pelas armas, subjugar-los e, isso feito, como esperavam, apoderar-se da região meridional de Mato Grosso, por eles ardentemente cobiçada. Mas, o velho forte defendeu-se e reagiu destemerosamente, não apenas uma vez, mas por duas vezes, a primeira, na guerra de 1801, e a segunda, na de 1864 — 70, que foi a mais terrífica da América. E, nesta última, com uma tríplice circunstância: o

Forte de Coimbra foi o primeiro objetivo, em território brasileiro, atacado pelo inimigo; o primeiro tiro disparado pelo inimigo nessa guerra foi também contra o velho forte; e o primeiro sangue vertido pelo inimigo, durante a guerra — 42 mortos e 164 feridos — foi causado pelos canhões e fuzis do nosso glorioso forte.

Não vem ao caso, porém, se menoscabem os serviços prestados ao Brasil por aqueles primeiros fortes. Eles cumpriram suas missões sem precisar fazer uso das armas. Eles desempenharam pacificamente os difíceis e penosos encargos de vigilância e de guardas fronteiriços naquelas inóspitas regiões. Regularizadas, no entanto, as questões territoriais e de limites, e procedidas as demarcações, as guarnições daqueles longínquos fortes foram, ano a ano, sendo reduzidas, por incompreensão de governos de então, após a guerra do Paraguai. Por fim, retirados os derradeiros elementos, viram-se abandonados totalmente os velhos fortes. Enorme prejuízo resultou disso para a nossa Pátria. Afastada dali a presença do Brasil, aquelas fronteiras ficaram indefesas e despovoadas, porque, com o último soldado, dali retirado, retiraram-se com ele, por falta de proteção, os núcleos de povoamento civil que se formavam à sombra dos muros dos velhos fortes. Relegados de todo, lá restaram, naqueles lugares históricos, apenas ruínas de uns e vestígios de outros.

Ora, aconteceu mesmo, que, face ao abandono do Forte São Joaquim, no alto Rio Branco, foi retirada também a guarda que esse forte mantinha no Rio Pirara, afluente daquele rio, na vizinhança da fronteira com a Guiana. Deu-se então, ali, um grave dano para nossa integridade territorial. O abandono daquele trecho de nossa fronteira ensejou a infiltração de mineradores ingleses, que passaram a ocupar livremente larga porção daquele curso d'água. Quando, pois, o Brasil, muitos anos depois, procurou retomar o domínio sobre aquele setor fronteiriço, a isso se opôs a Inglaterra, sob a alegação de que súditos seus ali se haviam instalado e feito posse por muitos anos. Submetido o caso à arbitragem, decidiu o árbitro pela divisão da área contestada em duas partes, uma bem maior do que a outra, e dando essa à Inglaterra e a menor ao Brasil. Perdeu assim o nosso país uma porção do seu território e a Inglaterra lucrou, ademais, a vantagem de entrar na bacia do Amazonas por um afluente superior do Rio Branco.

Detrimentos tais, porém, jamais aconteceram com o Forte de Coimbra. O que com ele houve, no correr dos anos, foi tão-só na sua estrutura avelhantada e na sua eficiência minimizada. E, até mesmo, na sua razão de ser, pelo fato de os fortes de fronteira haverem sido considerados inamistosos à boa

vizinhança entre nações lindeiras. Cessados, por isso, os motivos de sua atualização e porque suas disposições internas e seu espaço útil não comportassem o alojamento do pessoal, nem o material de instrução modernizado, nem as novas exigências regulamentares, a guarnição teve de abandonar as exíguas instalações do velho baluarte, e ir ocupar novos quartéis, ali bem perto. Aconteceu então que, assim abandonado, o velho forte não resistiu os rigores do tempo e marchou lentamente para ruínas, porque os serviços públicos não destinaram verbas para sua conservação. Mesmo assim, porém, abandonado e em marcha para as ruínas, nada impediu que o velho forte deixasse de impor o respeito que lhe era devido, por sua presença ali, por sua história e seu papel de guarda daquela fronteira. E, nem houve perda, antes, vieram novos incentivos para o povoamento de sua área de influência. Nem mais precisou ele de canhões em suas barbetas para garantir nossa soberania naquele setor fronteiro. Sua guarnição, sim, viu-se compelida a evacuá-lo em busca de mais amplas e modernas instalações, no esplêndido terreno vizinho, onde ganhou quartéis novos e largueza para treinamento e instrução militar da tropa.

Cumprir fazer agora um salto para os primórdios do velho forte, a fim de trazer à cena uma circunstância havida na escolha do local destinado à sua fundação. A Capitania do Mato Grosso, em 1775, com a sede do governo em Vila Bela, muito ao norte, decidiu voltar a atenção para a parte sul do seu território. E já não era sem tempo, porque essa região se achava despovoada e indefesa. Urgente era fazê-lo, pois, demorando, poderia perder-se, vindo a cair em poder dos castelhanos, que tinham os olhos voltados para lá. Foi, então, que o governador da província resolveu promover a ocupação e a fortificação de um ponto importante no Rio Paraguai, capaz: a) de servir de núcleo de povoamento e de contenção ao avanço dos castelhanos para o norte, que já haviam dado um salto para fundar Concepción em 1773; b) de conjugar esforços nesse sentido com a Capitania de São Paulo, que já estabelecera, em 1767, uma colônia militarizada no Iguatemi; c) de conter as incursões de índios hostis, rio acima. O ponto escolhido foi Fecho dos Morros, uma paragem magnífica, mas muito avançada para o sul e não longe do Apa. Distava mais de 200 léguas de Cuiabá, vale dizer, uns 20 dias de canoa, que era o veículo fluvial usado em Mato Grosso. A distância e os meios de navegação tornariam difícil e inseguras as suas ligações e o seu reabastecimento. E inoperante ou tardio o atendimento de que carecesse.

A frota de canoas enviada para essa missão, por falta de um prático, capaz de distinguir com segurança o sítio em que se devia fundar o

estabelecimento, estacou 44 léguas aquém dele, num ponto algo semelhante ao de que fora informado pelo capitão-general. Ali, então, na margem oeste do rio, e, não na de leste, como lho determinara, plantou uma estacada, a que deu o nome de Presídio de Nova Coimbra, na suposição de que o fazia em Fecho dos Morros. Conquanto se verificasse depois o equívoco, o presídio ali permaneceu em definitivo, e, só vinte e dois anos mais tarde, já então com a estrutura de alvenaria, veio a tomar o nome de forte — Forte de Coimbra. O equívoco do local, no entanto, foi benéfico e converteu-se em acerto, porque, em Fecho dos Morros, bem mais perto dos castelhanos e bem mais longe da mais próxima guarnição portuguesa, e bem vizinho das aldeias de índios guaicurus, de modo algum se poderia sustentar. Em última análise, não viria a ser o propugnáculo da Capitania na posse e domínio da região meridional de Mato Grosso. Feliz, pois, se tornou aquele equívoco. Duas circunstâncias imprevistas ali aconteceram. A primeira foi a tomada, por engano, de um local pelo outro. A segunda consistiu em não ter ficado o presídio na margem leste do rio, e, sim, na margem oeste, que o capitão-general só admitia na hipótese de imprestabilidade daquela. E a razão do governador estava nisto: embora houvessem caducado as raias limítrofes, pelo Tratado de 1761, persistia o respeito das partes pelo que estabelecera o de 1750, na previsão de que novo acordo, já esperado, reconhecesse de novo o Rio Paraguai, por limite entre as duas metrópoles. Outra circunstância, porém, nos tornou favorável a fundação do presídio no local em que ficou. Se o tivessem fundado em Fecho, como prescrevera o governador, lá, sim, teria ficado na margem leste, porque assim o impunham as ótimas condições topográficas e táticas daquela margem e a ilha que lhe ficava bem perto, aquém do talvegue. Ali, porém, não poderia haver dubiedade quanto à escolha de uma por outra margem, porque a margem oeste era inabitável. Há, porém, um argumento que infirma de todo a hipótese da fundação do presídio em Fecho. Se lá tivesse ficado — e, como vimos, teria ficado na margem leste — ali não se poderia sustentar, seja pelas hostilidades dos guaicurus, aldeados ali perto, na Serra de Bodoquena, seja, com mais forte razão, pelo que planejava o Coronel Pinedo, governador do Paraguai, de, após atacar e destruir a Praça dos Prazeres, no Iguatemi, voltar-se contra a nova fundação portuguesa, onde estivesse, e mais prontamente o faria, se estivesse ela em Fecho, para desbaratá-la. E, se lá estivesse, o teria feito com mais facilidade do que o fizera no Iguatemi selvagem, porque bem mais próximo de Assunção e muito mais acessível, pois o faria por via fluvial, ao passo que, para chegar à Praça dos Prazeres, tivera de percorrer longa distância, sem caminhos e através de florestas e cursos d'água.

Ora bem, mas onde se assentou o Forte de Coimbra e onde permaneceu, apesar de tudo, foi na realidade onde devia estar, porque, em ali estando, propiciou para o nosso país uma série de vantagens. E tais foram, como, de tornar-se, sem que disso se cogitasse de começo, cabeça de ponte e incentivo para conquista e incorporação pacífica ao Brasil da magnífica faixa de terras, marginal ao Rio Paraguai, de Baía Negra a Corumbá. Ora, em decorrência, bastou que se verificasse quão útil era essa conquista, para que ela se alargasse espontaneamente e se prolongasse, de fora a fora, abarcando as lagoas marginais do rio até Corixa Grande, e, dali, se estendendo pela região de campos, até o Rio Verde.

(O bicentenário do Forte de Coimbra, 19 – 28.)

AS GRANDES COLEÇÕES DE ESTUDOS BRASILEIROS

A “BRASILIANA”

(Série Grande Formato)

Em 1942, após vinte anos de experiência com a **Brasiliana**, e sem prejuízo dela, decidiu-se a Companhia Editora Nacional a editar uma nova série da importante coleção que, naquela época, já estava com mais de duzentos volumes publicados. Justificando a nova série, escreveu o diretor da coleção, Américo Jacobina Lacombe: “O êxito invulgar que devemos à simpatia com que o público acolheu essa iniciativa (a **Brasiliana**,) e ao apoio franco e generoso que nos trouxeram os aplausos de uns e a colaboração valiosa de outros, nos animou a ampliar o plano primitivo, criando uma seção especial de obras em grande formato. A experiência nos havia mostrado a inconveniência de publicar, no formato regular dos livros dessa coleção, certas obras que, pelo número e pela importância das gravuras, seriam sacrificadas em volumes de menores dimensões. Daí a resolução que tomamos de publicar em volumes de formato maior essas obras, que exigem, pela sua natureza, melhor apresentação material, difícil e, em certos casos, impossível de obter em volumes de proporções reduzidas.”

A nova série, denominada **Grande Formato**, passou, pois, a ser publicada nas dimensões de 24 x 16,5, continuando os volumes da série comum nas dimensões originais de 18,5 x 12,5 (só muito mais tarde, a partir do volume 320 seria o formato primitivo modificado). Para início da nova série escolheu-se

Ora bem, mas onde se assentou o Forte de Coimbra e onde permaneceu, apesar de tudo, foi na realidade onde devia estar, porque, em ali estando, propiciou para o nosso país uma série de vantagens. E tais foram, como, de tornar-se, sem que disso se cogitasse de começo, cabeça de ponte e incentivo para conquista e incorporação pacífica ao Brasil da magnífica faixa de terras, marginal ao Rio Paraguai, de Baía Negra a Corumbá. Ora, em decorrência, bastou que se verificasse quão útil era essa conquista, para que ela se alargasse espontaneamente e se prolongasse, de fora a fora, abarcando as lagoas marginais do rio até Corixa Grande, e, dali, se estendendo pela região de campos, até o Rio Verde.

(O bicentenário do Forte de Coimbra, 19 – 28.)

AS GRANDES COLEÇÕES DE ESTUDOS BRASILEIROS

A “BRASILIANA”

(Série Grande Formato)

Em 1942, após vinte anos de experiência com a **Brasiliana**, e sem prejuízo dela, decidiu-se a Companhia Editora Nacional a editar uma nova série da importante coleção que, naquela época, já estava com mais de duzentos volumes publicados. Justificando a nova série, escreveu o diretor da coleção, Américo Jacobina Lacombe: “O êxito invulgar que devemos à simpatia com que o público acolheu essa iniciativa (a **Brasiliana**,) e ao apoio franco e generoso que nos trouxeram os aplausos de uns e a colaboração valiosa de outros, nos animou a ampliar o plano primitivo, criando uma seção especial de obras em grande formato. A experiência nos havia mostrado a inconveniência de publicar, no formato regular dos livros dessa coleção, certas obras que, pelo número e pela importância das gravuras, seriam sacrificadas em volumes de menores dimensões. Daí a resolução que tomamos de publicar em volumes de formato maior essas obras, que exigem, pela sua natureza, melhor apresentação material, difícil e, em certos casos, impossível de obter em volumes de porções reduzidas.”

A nova série, denominada **Grande Formato**, passou, pois, a ser publicada nas dimensões de 24 x 16,5, continuando os volumes da série comum nas dimensões originais de 18,5 x 12,5 (só muito mais tarde, a partir do volume 320 seria o formato primitivo modificado). Para início da nova série escolheu-se

uma das obras mais importantes da literatura dos viajantes estrangeiros que nos visitaram: a do Príncipe Maximiliano, de Wied-Neuwied, em tradução de Edgar Sussekind de Mendonça e Flávio Poppe de Carvalho, inteiramente revista e anotada, para uma segunda edição em 1958, pelo grande naturalista Olivério Mário de Oliveira Pinto. Após a publicação do vigésimo volume, em 1969, entendeu a editora de suprimir a série “Grande Formato”. Convém observar que duas obras da série comum foram transferidas para a nova série: a **História Econômica do Brasil**, de Roberto Simonsen (nº 100 da série antiga e nº 10 da nova), e a **História Geral da Agricultura Brasileira**, de Luís Amaral (nº 160 da antiga e 16 da nova). Isto vem demonstrar que o critério para inclusão na nova série não foi apenas o interesse em atender a obras que, pelas suas gravuras, seriam fatalmente sacrificadas no formato original. Atendeu-se, igualmente, à extensão de certas obras.

Antes de iniciar a recensão, volume por volume, da série “Grande Formato”, tal como fizemos com a outra, ao longo de mais de setenta números desta publicação, julgamos de interesse apresentar a relação do que foi publicado nesta nova série da **Brasiliana**:

1. Maximiliano de Wied-Neuwied – Viagem ao Brasil (1942, 1958).
2. Max Schmidt – Estudos de Etnologia Brasileira (1942).
3. Karl von den Steinen – O Brasil Central (1942).
4. Antônio Colbacchini e César Albisenti – Os Bororos orientais (1942).
5. Paul Le Cointe – O Estado do Pará (1945).
6. Gastão Cruis – Hiléia Amazônica (1955).
7. J. F. de Almeida Prado – Tomás Ender, pintor austríaco na Corte de D. João VI, no Rio de Janeiro (1955).
8. Maria Graham – Diário de uma viagem ao Brasil (1956).
9. Lycurgo de Castro Santos Filho – Uma comunidade rural do Brasil antigo (1956).
10. Roberto Simonsen – História Econômica do Brasil (1957).
11. José Honório Rodrigues – Teoria da História do Brasil (1957, 1969, 1978).

12. R. Magalhães Júnior – Deodoro: a espada contra o Império (1 957).
13. Carlos Rizzini – Hipólito da Costa e o “Correio Brasileiro” (1 957).
14. Diversos (dir. Aroldo de Azevedo) – A Cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana (1 958).
15. Bernardino José de Sousa – O ciclo do carro de bois no Brasil (1 958).
16. Luís Amaral – História Geral da Agricultura Brasileira (1 958)
17. Herbert Baldus – Tapirapé (1 970).
18. Pandiá Calógeras – A política monetária do Brasil (1 960).
19. Bernardino José de Sousa – Dicionário da terra e da gente do Brasil (1 961).
20. José Honório Rodrigues – A pesquisa histórica no Brasil (1 969).

ÍNDICE

General Raul Silveira de Melo	1
Traços Biográficos	11
Um Homem do Dever	13
Bastões do Centro-Oeste	15
Um Mineiro entre os Guaicurus	16
Página Seletas do General Raul Silveira de Melo	19
O que representou para Mato Grosso a expulsão dos Jesuítas	19
Relações Brasil-Paraguai no tempo de Francia	22
Ricardo Franco no comando da fronteira e em operações de guerra	23
Atividades de Ricardo Franco no Forte de Coimbra	28
Sinopse histórica de Albuquerque	33
Mato Grosso naqueles tempos	36
O trato com os Índios	44
Origens das Colônias Militares	49
“Sei que Morro”	56
Valor histórico do Forte de Coimbra	58
A “Brasiliana” (Série Grande Formato).....	62

